

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 29 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO 6.163

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2163 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 031ª Sessão Ordinária realizada em 27/04/20102 Ata da 009ª Sessão Extraordinária realizada em 27/04/2010 12</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL.....21</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria Legislativa...21 Aviso de Licitação.....22 Extrato.....22 Emenda Constitucional22 Mensagem Governamental..... 2323 Ofícios.....23 Portarias.....25 Redações Finais.....25</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Pedro Ucazi - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JAILSON LIMA - Refere-se às gratificações dos funcionários da saúde; comenta a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Aborda a necessidade de recursos para a Casa de Apoio Padre Aloísio Boeing; comenta a falta de efetivo na Polícia Civil de Jaraguá do Sul.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Tece comentários acerca da indicação de

Lirio Parisotto para membro do conselho de Administração da Celesc.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Aborda a falta de manutenção das rodovias do planalto norte.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Critica o governo do estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pronuncia-se acerca das fortes chuvas que assolaram o estado; registra o aniversário de emancipação dos municípios de Matos Costa e Timbó Grande.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Reporta-se ao plano municipal de saneamento básico; comenta o projeto aéreo fotogramétrico.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Comenta irregularidades ocorridas no Hospital São Donato, de Içara; refere-se à gratificação dos funcionários da Saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se ao PL n. 0612, que propõe a criação do Parque Estadual de Taquarinhãs; comenta a MP n. 0174.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Registra a necessidade de aumento no fornecimento de energia em Schroeder e Corupá.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se à gratificação dos servidores da saúde.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Declara voto favorável à PEC n. 0004/2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar todos os funcionários da Saúde do estado de Santa Catarina e também os deputados e os funcionários desta Casa, porque temos vivido, nos últimos 60 dias, deputado Moacir Sopelsa, uma verdadeira mobilização do funcionalismo público.

Tendo em vista a série de equívocos na forma em que tem sido tratada a questão de planos e de cargos e salários

do funcionalismo, a valorização efetiva e o método partilhado que têm sido dados nesse tratamento na proporção em que a medida provisória apresentada contempla um contingente e esquece a grande maioria, é provável que nesta Casa, hoje, corriamos essas distorções. E sendo um deputado do PT, o nosso papel aqui é tentar contemplar justiça social para esse contingente de funcionalismo, principalmente eu que sou médico, pois sabemos o que isso representa na saúde, não apenas quanto aos riscos, mas também em nível de exposição ao estresse que existe na área da Saúde, principalmente para aqueles funcionários que trabalham na área hospitalar.

Então, esperamos que esta Casa, hoje, tome uma medida que possa se não contemplar na magnitude do conteúdo, mas contemplar na maior correção possível essa distorção que também existe no estado em relação à merenda escolar que foi terceirizada.

O que estamos vendo aqui com as quatro empresas que ganharam a terceirização da merenda escolar de Santa Catarina é um verdadeiro ato espúrio de moralidade com o povo brasileiro e com o povo catarinense, ao se mostrar que um grande contingente de merendeiras, mulheres trabalhadoras, principalmente das escolas do interior, será demitido em decorrência daquilo que se dizia aqui que iria se produzir economia com a merenda escolar.

Quatro empresas de fora do estado de Santa Catarina ganharam as licitações e racharam o bolo proporcionalmente, porque a forma que verificamos aqui como isso foi distribuído por região é a comprovação de carta marcada dos ganhadores.

A merenda escolar que o estado de Santa Catarina gastava prevista para 2009 era de R\$ 69 milhões. E é por isso que falta dinheiro para salário, porque vai ficar, com a terceirização, em R\$ 146 milhões, ou seja, 112% a mais. E sabemos que essa merenda poderia ser feita com compra direta da agricultura familiar, reduzindo ainda mais o custo. E o secretário Paulo Bauer que não venha para cá dizer que isso é economia, porque pelo menos quanto a números sabemos contar e fazer contas.

As quatro empresas ganhadoras, e algumas já levaram prefeitos para a prisão, como a Coan, convidam para a corrupção. Outra empresa, Risotolândia, tem nome de parque de diversão. E existe a Nutriplus, que está representando apenas a nutrição do vencedor da licitação, deputado Antônio Aguiar, porque em nenhum momento esse processo de licitação estabelece proporcionalidade nutricional das crianças nas escolas. Esse tipo de comida será fiscalizado por quem?

Pelo menos no município, deputado Antônio Ceron, nós que fomos prefeitos, sabemos que compramos do pequeno agricultor, do pequeno comerciante. Mas aí, em nome da economia, licita-se terceirização da merenda escolar em Santa Catarina. Inclusive, temos municípios que não têm opção.

Quando descentraliza, deputado Moacir Sopelsa, poderia descentralizar o

recurso para a prefeitura, independentemente de partido, porque o prefeito vai fazer o melhor, vai garantir o emprego daquelas pessoas que já estão há 15 anos, 20 anos nessas escolas estabelecendo um padrão de alimentação.

Agora, falta dinheiro para o salário da Saúde, falta dinheiro para o piso nacional de salário para os professores de Santa Catarina, que não foram contemplados nas medidas provisórias.

Portanto, acho que essa mobilização de vocês da Saúde tem que ser uma mobilização permanente, por uma questão de moralidade e de direito de cidadania nas atividades públicas.

Então, a tal da Coan é uma empresa, a Risotolândia é outra, e temos as empresas Convida Alimentação e Nutriplus. E o mais interessante é que no quadro de implantação da terceirização da merenda escolar está dividido certinho por região: quem vai para Itajaí, para Joinville, para Criciúma, para Brusque. Eles se misturam.

Fomos prefeito e sabemos que isso aqui foi acordado em gabinete. Então, cabe ao Ministério Público apurar isso aqui, deputado Sargento Amauri Soares, porque gastar 162 milhões, 112% a mais, deputado Lício Mauro da Silveira, para a merenda escolar, que na compra direta da agricultura familiar já podia reduzir um montante, representa que temos muito por fazer neste estado e que os futuros governos muito terão que fazer para corrigir aquilo que se implanta em nome do neoliberalismo, em nome da política de mercado. "Ah, porque o mercado resolve." Mas não resolveu a crise que produziu internacionalmente neste país, com as privatizações como fizeram e como farão, se voltarem ao país.

Por isso, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que tem sido uma parlamentar na defesa das questões da saúde, merenda escolar de qualidade é saúde. E preço é saúde para o cidadão catarinense que paga, não para esses quadrilheiros que vão ganhar aqui. É diferente.

Então, esse meu pronunciamento com essa forma de indignação é porque na hora em que deixamos de nos indignar pelas questões de moralidade não merecemos mais estar aqui e não merecemos sequer sermos tratados como cidadãos decentes em defesa daquilo que é de interesse do povo catarinense.

Quanto a isso aqui, vamos solicitar à nossa bancada, deputada Ana Paula Lima, que entre com uma ação no Ministério Público como Partido dos Trabalhadores, para pedir esclarecimentos de por que no sistema de autogestão estava previsto gastar em 2009 R\$ 69.153 milhões e vai-se fechar 2009 com a terceirização R\$ 146.717 milhões.

Portanto, temos muito que fazer, e quanto a isso aqui, com certeza, a nossa bancada vai entrar com uma ação no Ministério Público pedindo esclarecimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, o que nos

traz a esta tribuna na tarde de hoje é querer colocar uma situação que atinge todo o nosso estado, mais especificamente a região de onde podemos trazer o fato para ser discutido na Casa.

Nos próximos dias, nas próximas semanas, estaremos encaminhando uma indicação com relação ao efetivo da Polícia Civil, pois estivemos nessa última semana visitando os policiais civis da nossa região e estamos muito preocupados.

Temos diariamente a convivência nas ruas do município com a questão do *crack*. Vemos nas ruas jovens que estão consumindo *crack*, aqui, no nosso estado. Portanto, não é apenas a questão do policiamento, a questão da segurança em si.

Temos nesta Casa um projeto que já foi encaminhado ao nosso governador do estado, no sentido de apoio a uma casa de apoio às pessoas que estão envolvidas com a questão da droga; por isso, queremos que o nosso governador, diante de toda essa tensão, destine recursos para que possamos fazer esse acompanhamento com esses jovens. É um valor de aproximadamente R\$ 200 mil, que será doado à Casa de Apoio Padre Aloisio Boeing. Inclusive, o terreno já é de propriedade da casa de apoio, e esse recurso será utilizado na construção de parte dessa casa de apoio.

Quanto à questão da Polícia Civil, em Jaraguá do Sul, temos três agentes investigadores, mas um está pedindo transferência. No município de Jaraguá do Sul estamos somente com dois investigadores fazendo esse trabalho. No município de Schroeder, anexo a Jaraguá do Sul, temos apenas um investigador fazendo todo o trabalho também com relação aos automóveis, à parte de emplacamento. Ou seja, os dois precisam desdobrar-se para fazer as investigações nas questões dos roubos, das drogas e também nas questões voltadas ao Detran.

Sabemos também da superlotação do presídio em Jaraguá do Sul. E esse é um assunto em que vou trabalhar paralelamente com a questão de segurança, já que a segurança vai ser uma das nossas bandeiras nesses dois meses nesta Casa, até porque temos acompanhado a questão das fugas, eis que tivemos uma das maiores fugas registradas nos últimos anos no estado de Santa Catarina. E é um fato que realmente não pode se repetir. Por isso, temos que ter a transferência de alguns presidiários, a criação de uma nova estrutura, para que essas pessoas possam passar por uma nova readequação.

Temos empresas parceiras em nosso município. Empresas que dão emprego a essas pessoas para que elas possam se reabilitar e voltar ao mercado de trabalho. Inclusive, a Casa de Apoio Padre Aloisio Boeing faz um trabalho psicológico, também faz a parte de reinserção desses jovens na nossa sociedade; daí a importância de o estado de Santa Catarina colaborar com a nossa região.

Pelas nossas andanças pelas ruas do município, temos situações diárias de pessoas que consomem *crack* à luz do dia. Em plena segunda-feira, pela manhã, presenciamos jovens consumindo essa droga, e isso nos preocupa muito. São jovens dentro de uma cidade que tem

emprego, trabalho, mas que daqui a pouco deixarão de trabalhar, não tendo estímulo para procurar um novo trabalho.

Então, isso nos deixou bastante triste e preocupado. E uma das nossas bandeiras é trabalhar durante esse pequeno período de dois meses que estaremos nesta Casa e brigar também com relação à infraestrutura e à saúde de todos os catarinenses, entre outras questões.

Mas o primeiro assunto que nos traz a esta tribuna é a questão da quantidade e da qualidade da segurança. Qualidade até temos, e conversamos com o delegado de Jaraguá do Sul, na sexta-feira, a esse respeito e há por parte dele um interesse muito grande na resolução dessas questões, pois o problema, realmente, é a quantidade de efetivo. Precisamos de mais mão de obra, inclusive fomos informados de que agora, no mês de julho, o estado irá chamar o terceiro e o último grupo de pessoas que passou no concurso da Polícia Civil, e precisamos que o governador veja a nossa região com bastante carinho.

Tenho certeza de que as outras regiões do estado estão com o mesmo problema, mas na nossa região há apenas duas pessoas, sendo que uma pediu transferência, para fazer o papel de investigação da Polícia Civil de por onde é que está entrando a droga no nosso município. Realmente é uma tarefa muito difícil. Essa é a nossa primeira bandeira.

Acompanhamos, diariamente, pelos jornais o que chamo de apagar o fogo, que é pegar a pessoa na rua, que está consumindo, em plena luz do dia, a droga, como acabei de colocar. Mas temos que fazer uma investigação mais séria, para saber qual é o caminho e como está vindo para o nosso estado a droga. Até ontem li nos jornais que em Brasília existem frentes parlamentares envolvidas nessa questão do crack.

Penso que esse é um assunto que esta Casa tem que trabalhar bastante e o deputado Dieter Janssen, junto com os demais deputados, vai tentar levantar essa questão com mais qualidade, para que tenhamos condições de, nesse período curto, conquistar alguma coisa para Jaraguá do Sul e para toda a região com relação à questão da quantidade do policiamento civil para o trabalho de investigação.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, público que nos assiste, é uma satisfação tê-los nesta Casa. Os senhores estão participando das sessões de uma forma ordeira, mas lutando, logicamente, pelos seus interesses. Eu acredito que hoje, na comissão de Constituição e Justiça, ficará salientado que essa medida provisória que atinge o setor da saúde, como muitos dos senhores presenciaram, virá ao plenário na tarde de hoje. E eu tenho a convicção de que ela será aprovada. Vamos aguardar um pouco mais.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente e srs. deputados, mais uma vez venho abordar desta tribuna outro assunto que preocupa a sociedade catarinense, e volto a falar nas Centrais Elétricas de Santa Catarina.

O atual governador, no meu ponto de vista, inadequadamente, letra maiúscula, grifado da melhor maneira possível, designou um cidadão investidor chamado sr. Lirio Parisotto para membro do conselho de Administração. É a primeira vez que vejo na minha vida um governo abrindo mão do poder de uma estatal. E esse sr. Lirio Parisotto, que é o maior investidor no menor número de ações, já se intitula, deputado Onofre Santo Agostini, presidente do conselho de Administração da Celesc, dizendo que vai arrumá-la!

Até pouco tempo o que ele vinha fazendo, deputado Antônio Ceron? Denegrindo a imagem da empresa em toda a imprensa catarinense. E antes disso ele veio aqui fazer a mesma coisa. Ora, a pessoa que é investidora, com todo o respeito, pois investidor tem que ser respeitado, que aplica o seu dinheiro, o quer de volta. Agora, querer se meter no cargo que é de competência do governo, tomando à frente as decisões principais da empresa, de jeito nenhum! A Intercel não vai aceitar isso!

Nós aqui, hoje, vamos dar uma demonstração. Vamos aprovar pela unanimidade de todos os srs. deputados a PEC que vai fazer com que toda a discussão de reformas estatutárias passe por aqui. Aqui é o centro mesmo, deputado Antônio Ceron! E há gente já preocupada perguntando: "E se no ano que vem mudar o governo?" Ora, se quiserem mudar alguma coisa vão ter que passar pela aprovação desta Casa. Esta é uma Casa democrática. Aqui todos têm acesso, como os senhores estão tendo a facilidade, com brilho, com respeito, de colocar as suas opiniões exigindo postura para os seus interesses. Podemos ou não atendê-los, mas nós fazemos isso democraticamente. E assim a Celesc tem que fazer também, porque não será um cidadão investidor que vai comandar um conselho de administração.

Por isso que hoje foi aprovada por unanimidade, deputado, na comissão de Constituição e Justiça, a PEC, que tem de ser votada por 3/5 dos srs. deputados, ou seja, 24 srs. deputados terão que dar voto a favor. Todos os partidos aqui são a favor da PEC. Então, hoje vamos dar uma demonstração à sociedade catarinense de respeito com aquilo que foi construído com o nosso sangue. O autor dessa PEC foi o deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa. E eu achei muito importante ele ter tomado essa iniciativa, juntamente com todos os srs. deputados que estavam aqui e que assinaram essa proposta de emenda constitucional.

Hoje ainda, pela manhã, quando estávamos aprovando, o presidente da comissão, deputado Marcos Vieira, ao encerrar a reunião, propôs à comissão que essa PEC fosse, na tarde de hoje, ao plenário para ser aprovada em dois turnos, srs. deputados.

Então, o presidente sabe muito bem como irá conduzir a reunião. Cabe a nós, deputados, pelo menos 24, darmos

aval a esse projeto do sr. presidente, endossado por todos os srs. deputados, a fim de colocarmos um freio na ambição pessoal de determinadas pessoas que querem, acima de tudo, todo o dinheiro para si e não para a sociedade!

Ora, quem não quer desenvolvimento econômico? Mas nós também queremos desenvolvimento social.

A Celesc é uma empresa que atua nos dois lados: econômica e socialmente. Por exemplo, quando acontece uma enchente no estado, muitas e muitas indústrias, muitas e muitas casas de comércio e assim por diante, de acordo com a classificação dos consumidores, sofrem interrupção de energia e, além disso, perdem tudo. Aí a Celesc tem, às vezes, que reconstruir as redes, parcelar o pagamento dessas empresas, para que não haja demissão de pessoas, de trabalhadores no nosso estado. E isso se vem repetindo desde 1982, quando ocorreu aquela grande enchente, em que tivemos que construir mais de 26 mil postes que caíram. E aí recaí no capital privado. Será que vão fazer isso? Será que vão atender as pessoas de baixa renda? Será que vão atender a eletrificação rural? Não vão, não! Vão querer é lucro, pois são investidores! É lógico que o investidor quer o lucro, e eu o respeito por isso. Agora, em detrimento da sociedade como um todo, esse lucro não pode existir dessa forma como esse cidadão quer.

Mas não vai, não! Primeiro porque a PEC vai ser aprovada aqui, no dia de hoje. E dizem, deputado Onofre Agostini, que a PEC é inconstitucional, que o que vale é a lei da S/A. Mas não vale, não! Quem fez a PEC, fez com sapiência, baseado em pareceres de juristas de renome, em termos de democracia constitucional. Eles sabem e conhecem o problema e garantem a todos nós tranquilidade de votarmos a PEC, para que qualquer empresa pública, qualquer mudança de estatuto passe pela Assembleia e seja discutida com o público, seja discutida com todos os segmentos organizados da sociedade. Esse é o caminho certo, deputado Kennedy Nunes.

Por isso tenho certeza de que todos os srs. deputados estarão aqui para, na tarde de hoje, votar, além da medida provisória que já foi aprovada hoje, pela manhã, essa PEC, porque ela veio, deputado Silvío Dreveck, ao encontro da sociedade catarinense.

Srs. deputados, recebi há poucos minutos um e-mail de um amigo que trabalha há muito tempo na Celesc.

(Passa a ler.)

"A Celesc recebeu uma homenagem da Bovespa, em janeiro de 2008, pelos seus dez anos com excelente liquidez. Para fazer parte do índice é preciso atender a três critérios: estar entre os 80% mais líquidos, apresentar participação superior a 0,1% do volume total da Bovespa e estar presente em pelo menos 80% dos pregões existentes."

A Celesc cumpriu tudo isso e, além disso, diversos e diversos prêmios. Então, por que vamos entregar, deputado Silvío Dreveck, a presidência da Celesc?

O governador, que me desculpe, errou, mas errou violentamente! O governador Leonel Pavan não poderia, em

hipótese alguma, designar um cidadão com o compromisso de colocá-lo na presidência do conselho de Administração. Ele deixou de mandar! Mas hoje nós vamos mudar essa história! Essa história vai ser mudada neste plenário! Vai ficar registrado nos anais desta Casa, para que a sociedade catarinense de fato tenha uma empresa pública reconhecida como organização econômica e trabalhe para o desenvolvimento social. É isso que nós precisamos: de empresas desse quilate.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, o assunto que me traz a esta tribuna diz respeito às rodovias catarinenses, em especial do planalto norte catarinense, a SC-301, de Joinville a São Bento do Sul.

O que nos chama a atenção é que naquele trecho da rodovia, há uns anos, havia uma empresa contratada para fazer o serviço de manutenção. Foram anos e anos trabalhando naquele trecho e pouco ou quase nada se fez. Essa empresa foi contratada, deputado Dieter Janssen, foi secretaria de Infraestrutura, da qual o secretário é da nossa região. Mas em todos esses anos aquela manutenção era precária e muito pouco se fez.

Mas o que é lamentável é que a serra Dona Francisca está abandonada. As placas de sinalização estão tomadas pelo mato, as valas ou as sarjetas e as canalizações estão praticamente sem condições de qualquer escoamento de água.

Além desse trecho, temos outro na Rodovia dos Móveis, que faz a ligação de São Bento do Sul com o distrito de Fragosos, no município de Campo Alegre, fazendo a ligação com o estado do Paraná, no município de Piên, que por sua vez tem ligação com a BR-116, que faz a ligação com Curitiba, São Paulo e outras regiões do sudeste, norte e nordeste do Brasil.

Por esse trecho da rodovia passam usuários de vários municípios catarinenses, em especial do planalto norte, e quando houve aquela catástrofe em Santa Catarina, em 2008, essa rodovia ficou danificada especialmente em dois trechos. E, diga-se de passagem, ela foi construída na década de 80 e nunca recebeu melhorias tanto na recuperação do asfalto quanto na pavimentação do acostamento, da ciclovias e assim por diante. Mas o mais grave é que com aquela catástrofe acabou ocorrendo nesses dois trechos, deputado Lício Mauro da Silveira, um deslizamento consumindo praticamente meia pista. Já fizemos vários apelos nesta tribuna e nada aconteceu.

Neste final de semana o jornal local *Folha do Norte* fez uma matéria sobre aquele trecho da rodovia e aproximadamente no Km 10, em frente ao próximo à fábrica de móveis Mabet, ele está em situação caótica, para não dizer outra coisa. O risco, a insegurança dos usuários é 24 horas por dia. Nenhuma ação, nenhuma providência foi tomada, e quando eu tive a oportunidade de conversar a respeito com o então

secretário, ele disse que não havia recursos para a recuperação.

Mas não é possível que não seja tomada, pelo menos, uma providência com relação a recursos emergenciais para a recuperação daquele trecho. O dia em que alguém for a óbito, aí lamentarão.

Recebi um relatório, deputado Lício Mauro da Silveira, que diz na capa: "Reconstrução, áreas afetadas, catástrofe de novembro/2008, grupo reação, relatório de ações". Por sinal, é um material de primeiríssima qualidade que contém todas as ações do governo do estado na reconstrução. E o que chama atenção é que no relatório consta o seguinte:

SC-301, São Bento do Sul - Fragosos, no Km 139 e no Km 410. Ocorrência: deslizamento de talude de aterro. Situação: serviços emergenciais para o restabelecimento da normalidade do tráfego já realizados.

E há uma placa de sinalização, muito mal colocada, dizendo que é um serviço realizado.

Para quem não tem conhecimento da realidade, deputado Kennedy Nunes, para quem não foi lá e lê este relatório aqui chega à conclusão de que está resolvido. E não está! E o relatório vai em frente com fotos maravilhosas. É um material de primeira qualidade.

Ai eu digo a v.exas. que o governo federal transferiu recursos para o governo do estado, mas, na verdade, até hoje não sabemos qual foi o valor. Sabe-se, por alto, que o Deinfra recebeu a maior fatia desses recursos para aplicar em recuperação de rodovias. No entanto, são obras que constam como realizadas, mas que, na verdade, não aconteceram.

Então, precisamos, deputado Kennedy Nunes, dar uma satisfação à sociedade catarinense. Em primeiro lugar, precisamos saber quanto foi investido nessa recuperação, onde de fato foram realizados os investimentos e qual o valor exato que o governo federal transferiu para Santa Catarina, deputada Ana Paula Lima, para podermos dar uma satisfação à população, porque senão ficamos no discurso teórico, na propaganda e as obras não acontecem.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, há dois governos hoje em Santa Catarina, um da mentira, que é o da foto bonita, do *photoshop*, das letras, dos números calculados friamente e dos textos bonitos feitos em forma de propaganda - e este é o governo da mentira -, e há o governo da realidade. Prova disso são os funcionários que estão aqui.

(Palmas das galerias)

Este é o governo da realidade! Foram sete anos e meio e nada para o funcionário. Mas vão ver se na propaganda não há alguma coisa! Vão ver se na propaganda não estão dizendo que os funcionários foram bem aceitos!

O governo da mentira é esse que v.exa. está falando, e o governo da verdade é este. O povo está aqui, há mais de 20 dias, sendo enganado de novo!

Por isso, parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Kennedy Nunes. V.Exa. contribuiu muito, até porque a coluna do comentarista Moacir Pereira traz o relato do atual secretário de Finanças, da secretaria da Fazenda, que disse na Fiesc que os funcionários receberam nada menos do que 153,10%. Está aqui! Segundo o secretário, foram 153,10%. E nós sabemos que a maioria dos funcionários não recebeu. Onde estão esses funcionários que receberam esse aumento? É uma meia dúzia?!

V.Exa. tem razão, deputado Kennedy Nunes, quando diz que a maioria está esperando por um reajuste digno e merecido.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente em exercício neste momento, deputado Moacir Sopelsa, deputado Jailson Lima, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, servidores da Saúde que nos visitam neste dia, quero fazer menção, e infelizmente devo fazê-lo, ao fato de que na última semana, especialmente na quarta-feira e na quinta-feira, a região meio-oeste de Santa Catarina e o vale do Itajaí, mais uma vez, deputados Antônio Ceron e Onofre Santo Agostini, foram acometidos por uma forte chuva.

Caçador, cidade e região que representamos nesta Casa, deputado Antônio Aguiar, teve o nível dos seus dois rios que cortam a cidade, tanto o rio do Peixe quanto o rio Caçador, aumentado em mais de cinco metros, transbordando em muitos pontos da nossa cidade e forçando mais de 400 famílias a abandonarem as suas casas em busca de abrigos públicos.

Não foi diferente nos municípios de Rio das Antas e Videira. Felizmente, não houve problemas mais sérios nos municípios de Pinheiro Preto, Tangará, Ibicaré, Luzerna, Joaçaba e no percurso especialmente do rio do Peixe.

Quero, ao fazer o registro, cumprimentar a ação dos Conselhos Municipais e a Defesa Civil de cada um desses municípios. Eu, pessoalmente, na quinta-feira à noite e na sexta-feira de madrugada, visitei Videira, Rio das Antas, Caçador e pude constatar o trabalho tanto dos Conselhos Municipais e da Defesa Civil quanto dos bombeiros voluntários, comunitários, militares, e a ação das prefeituras buscando amenizar a dor, o sofrimento, a angústia e os prejuízos de muitas famílias, além da preocupação com a elevação dos níveis dos rios, especialmente do rio do Peixe que ameaçava muitas cidades da nossa região.

Ontem pela manhã, em Caçador, recebemos a visita do governador Leonel Pavan, acompanhado do coordenador

estadual de Defesa Civil. E durante a visita atendeu os prefeitos da nossa região e também os órgãos envolvidos com a Defesa Civil em cada um dos municípios. Lá foi apresentado um relatório preliminar dos prejuízos causados nesses municípios que, obviamente, aguardam providências tanto em relação ao governo do estado quanto em relação ao governo federal.

Recebi a informação de que a Defesa Civil Nacional, deputado Moacir Sopelsa, através do ministério da Integração Nacional, liberará recursos emergenciais para socorrer esses municípios - especialmente essas famílias atingidas -, que sofreram prejuízos em relação às estradas que cortam o interior de cada um dos municípios, em relação às pontes que foram levadas rio abaixo, em relação aos pontilhões e aos bueiros, que transformaram o interior de cada um dos municípios num verdadeiro caos.

Com relação a esses recursos, a exemplo daquilo que já aconteceu no ano passado e também no final de 2008, infelizmente Santa Catarina não tem tido sorte. E quando não é a enchente, é a seca, são os vendavais ou é o granizo. Esses recursos, aliados à atuação do governo do estado, através dos seus órgãos, certamente vão amenizar os prejuízos de forma emergencial.

Quero, srs. deputados e público aqui presente, reforçar a importância de que Santa Catarina crie um órgão de Defesa Civil, ou uma secretaria, ou uma fundação, ou uma superintendência que tenha autonomia financeira, recursos e possa fazer, além da ação posterior aos eventos, uma ação preventiva.

Nos últimos dois meses em que estivemos no governo, na condição de secretário de Coordenação e Articulação, elaboramos uma minuta de projeto de lei que deve ser encaminhado a esta Casa. E ainda hoje contactamos com o governo no sentido de que encaminhe, de forma urgente, essa proposta para que finalmente Santa Catarina possa ter um órgão com autonomia para atuar especialmente na prevenção de futuras catástrofes.

Já fiz menção a isso quando, deputada Ana Paula Lima, em novembro e dezembro de 2008, o vale do Itajaí e Blumenau, cidade a qual v.exa. aqui representa, foram duramente atingidos, incluindo Itajaí e outros municípios daquela região, causando prejuízos enormes à economia e a milhares de pessoas, inclusive muitas vitimadas.

Nós tivemos, sim - e quero aqui fazer um registro - o apoio do governo federal, através do presidente Lula, através do ministro da Integração Nacional, que liberou recursos. E graças a eles nós recuperamos grande parte daquilo que a chuva levou.

Então, aproveite este momento para chamar a atenção de Santa Catarina e, ao mesmo tempo, para agradecer àqueles que, até no anonimato, nosso líder deputado Elizeu Mattos, têm atuado no sentido de minorar os prejuízos no nosso estado.

Espero que dentro em breve possamos apreciar nesta Casa o projeto que busca criar um organismo que venha, de

forma definitiva, tratar desses assuntos, especialmente no sentido da prevenção.

Gostaria também de fazer referência aos municípios de Matos Costa e Timbó Grande. No último final de semana os dois municípios comemoraram os respectivos aniversários de emancipação político-administrativa.

Estive em cada um destes municípios, mesmo com as fortes chuvas, deputado Reno Caramori, e percebi, com alegria, que municípios que ao longo de muitos anos ficaram quase que esquecidos, isolados, não integrando o mapa do nosso estado, agora, a partir da sua verdadeira emancipação, que foi a construção dos acessos pavimentados, vivem outra realidade.

Timbó Grande, infelizmente, ocupou a última posição no *ranking* durante muitos anos, nos índices de IDH e IDS, fruto do descaso, do abandono, da falta de prioridade e da inversão de prioridades. Felizmente hoje, tanto Timbó Grande quanto Matos Costa experimentam uma fase completamente diferente daquelas que ocuparam durante muitos anos.

Estive em Matos Costa, na inauguração de um centro de convivência da terceira idade, e pude perceber que a autoestima e a alegria daquelas pessoas voltaram a existir, a reinar, a partir dos investimentos que têm sido realizados, e não apenas nesses dois municípios.

Não tenho nenhuma dúvida, deputado Moacir Sopelsa, de que aqui seremos aparteados, porque em 54 municípios do nosso estado há muito pouco tempo não havia sequer um acesso pavimentado. E hoje, desses 54 municípios, 50, deputado Genésio Goulart, já possuem pelo menos uma ligação com asfalto. E isso levou a esses municípios novas perspectivas de desenvolvimento, significando a sua verdadeira emancipação, a sua autonomia, abrindo caminhos para que empresas possam se instalar e gerar empregos, facilitando o escoamento da sua produção e fazendo com que as pessoas que vivem no meio rural junto às suas famílias não saiam de seus municípios em busca de oportunidades de emprego em grandes cidades como Florianópolis, Joinville, Criciúma, Chapecó e tantas outras.

Vejo que a política de descentralização do governo Luiz Henrique determinou em nosso estado um crescimento de forma harmoniosa, especialmente nos pequenos municípios de Santa Catarina, aqueles que estavam fadados não apenas ao esvaziamento, o que já vinha acontecendo de forma muito rápida. E, certamente, algumas prefeituras acabariam fechando suas portas por falta até de habitantes no município. Mas, hoje, nós vemos uma Santa Catarina muito diferente.

Quero agradecer a atenção de todos e oportunamente nós traremos aqui, deputada Ana Paula Lima, os números referentes à Santa Catarina antes e depois de 2003 a 2009.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valdir Cobalchini.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria muito de ter contribuído nos 16 minutos do deputado Valdir Cobalchini, mas não houve tempo, e agradeço a sua gentileza em conceder aparte.

Quero aproveitar este momento, sr. presidente, e chamar os deputados que estão nos gabinetes para votar a Medida Provisória n. 0174, o substitutivo com as emendas.

(Manifestações das galerias)

E, sr. presidente, se me permite ainda, gostaria já de pedir a inversão da pauta em respeito a esses homens e mulheres que estão desde hoje pela manhã aqui, nesta Assembleia Legislativa, para que votemos logo.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

Deputada Ana Paula Lima, se na abertura da Ordem do Dia houver um acordo entre os líderes, poderá ser atendido o seu pleito.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna neste dia para dar continuidade à argumentação do deputado Valdir Cobalchini, porque Santa Catarina infelizmente ocupa, deputado Kennedy Nunes, o penúltimo lugar no Brasil em saneamento básico, só ganhamos do Piauí.

Mas, neste governo, nós estamos revertendo esse quadro. Deputado Kennedy Nunes, dos 293 municípios catarinenses, 181 possuem até dez mil habitantes e, por via de consequência, representam 60,2% dos municípios catarinenses.

O governo do estado, através da secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, na qual até pouco tempo exerci o cargo de secretário, por determinação do governador, autorizou os planos municipais de saneamento básico no estado de Santa Catarina aos municípios com até dez mil habitantes, ou seja, para esses 181 municípios, que representam 60,2%.

Com dez mil a 20 mil habitantes há mais 60 municípios. Assim, somando esses 181 com esses 60, dá um total de 241 municípios. Para 293, faltam 52 municípios, ou seja, que têm população superior a 20 mil habitantes. É claro que os municípios pequenos, além de não disporem de técnicos especializados, não dispõem de recursos. A secretaria fez a licitação e já contratou sete empresas do Brasil que estão elaborando o plano municipal de saneamento básico. Dentro de 60 dias, nós faremos a entrega do plano municipal básico para os municípios de até dez mil habitantes.

Mas há outro projeto, deputado Genésio Goulart, que vem ao encontro dos interesses de Santa Catarina de forma extraordinária, deputada Ada De Luca, o chamado aéreo fotogramétrico. O que isso quer dizer? Nós vamos conhecer o nosso estado por metro quadrado. Nós vamos ter conhecimento de cada metro quadrado do estado de Santa Catarina.

Vou dar um exemplo: se houver uma chuva forte no município de Caçador, com o aéreo fotogramétrico pronto, saberemos quais as primeiras ruas que vão estar alagadas.

É um projeto extraordinário, deputado Antônio Aguiar, vai custar aos cofres públicos de Santa Catarina uma quantia em torno de R\$ 15 milhões. E não é um sonho, já estamos realizando este levantamento. Uma empresa, um consórcio de Minas Gerais/São Paulo já está elaborando o projeto. V.Exas. devem ter notado que há um avião voando por aqui, que faz a filmagem. É um equipamento super moderno e nós vamos conhecer cada metro quadrado deste estado.

Aí, sim, deputada Ada De Luca, nós poderemos tentar minimizar o sofrimento do povo catarinense depois das catástrofes. É lógico que as catástrofes não dependem do ser humano. Nós não podemos evitar a chuva, os temporais, os ventos, mas podemos minimizar o sofrimento decorrente dessas catástrofes.

Mas, para isso, nós precisamos conhecer com antecedência esses problemas. E vamos conhecê-los, sim. Trata-se de um contrato de 22 meses. A firma já iniciou este trabalho e acreditamos que, no final de 2011, vamos ter o aéreo fotogramétrico entregue a cada prefeitura de Santa Catarina e principalmente ao governo, para que se equipe, evitando assim as consequências desastrosas que possam vir por aí.

Isso é tratar da preservação do meio ambiente. Nós ouvimos tanta conversa mole. Nós ouvimos o mundo inteiro falar em preservação do meio ambiente, mas na prática nós vemos muito pouca coisa sendo feita, quer por parte da atividade pública ou privada. Elas fazem muito pouco para a preservação do meio ambiente.

Recentemente eu chefei uma delegação, deputado Antônio Aguiar, na Alemanha. Lá, é proibido jogar xepa de cigarro ou papel no chão, não existe coleta de lixo, cada cidadão cuida do seu lixo.

Agora, infelizmente, no Brasil e de modo especial em Santa Catarina, nós não vemos essa preocupação. É claro que a Alemanha está dez mil anos à nossa frente, mas um dia nós vamos chegar lá. Se cada brasileiro, se cada catarinense fizer a sua parte, nós vamos chegar lá. E o governo de Santa Catarina, através do ex-governador Luiz Henrique da Silveira e do governador Leonel Pavan, preocupou-se com isso, fazendo o Plano Municipal de Saneamento Básico e também o aéreo fotogramétrico, no sentido de que a sociedade catarinense, as autoridades e os prefeitos tenham na mão toda a situação que realmente estamos a vivenciar no estado.

Dentro de pouco tempo, deputado Antônio Aguiar, Santa Catarina vai sair desta incômoda posição de segundo pior estado da federação em saneamento básico. Dentro de pouco tempo Santa Catarina vai ser um dos estados com melhores condições de saneamento básico, evitando o sofrimento do povo.

Portanto, é um momento histórico para Santa Catarina, pois são dois grandes projetos, saneamento básico municipal e também o aéreo fotogramétrico.

O saneamento, deputados, é baseado em quatro coisas: sistema de esgoto, água, captação da água fluvial e coleta de lixo. Recentemente, o governador Leonel Pavan foi ao Japão assinar um contrato de saneamento básico para a região litorânea. Mas precisamos, primeiro, preparar essa documentação para depois, sim, buscar recursos para resolver a situação de saneamento básico no estado de Santa Catarina e, principalmente, nos municípios.

Sem dúvida nenhuma, como diz o jornalista Moacir Pereira, como diz o caboclo da minha terra, vamos começar as coisas pelo início para realmente evitarmos essas catástrofes que vêm assolando Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Na ausência de deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, retornei de viagem ao sul do estado e já havia me programado hoje para partilhar com v.exas. a questão da rodovia Luiz Rosso, que ainda espera uma ação do governo, já que se falou tanto aqui que este tem sido diligente em asfaltar todo o estado.

Gostaria obviamente de dialogar com quem está aqui hoje sobre o que precisa ser prioridade nos debates. Queria começar contando um caso que ouvi hoje exatamente voltando de Criciúma.

Na cidade de Içara existe o Hospital São Donato e lá se descobriu uma grande fraude. Eram cobrados do SUS procedimentos não realizados. Uma funcionária da Saúde avisou o médico, diretor clínico, que avisou o Ministério Público e inclusive identificou quem estava cometendo as fraudes.

Pergunto se sabem quem foi demitido nessa história? Se eu contar lá em casa, minha mãe não vai acreditar. A pessoa demitida foi a mulher trabalhadora da Saúde que avisou o diretor clínico sobre o que estava acontecendo, que por sua vez notificou o Ministério Público. Ela foi a única pessoa a ser demitida até agora.

Pretendo dialogar com vocês, não como deputada, porque sou suplente e há colegas muito mais experientes do que eu para auxiliá-los, mas como técnica em enfermagem e como sindicalista, para podermos travar o debate em outro nível.

Gostaria de dizer que se formaram, aparentemente, duas subcategorias, a que está para receber a gratificação e a que está pedindo justiça. Eu queria dialogar com ambas. Na minha categoria, e até março deste ano eu era dirigente nacional da Federação dos Trabalhadores do Judiciário no país, nós estamos no quarto plano de cargos e salários, que só acontecem em

ano eleitoral, não porque queremos e sim porque nunca se encontra uma porta aberta fora do ano eleitoral. Então, aí as categorias precisam apelar por essa imensa sensibilidade que só acontece nos anos eleitorais.

Nenhum plano de cargos e salários referente aos 100 mil trabalhadores do Judiciário deste país foi declarado inconstitucional porque foi feito nesse período. O nosso plano está tramitando hoje à tarde na comissão de Trabalho, porque o STF já disse que quando se reestrutura carreira pode-se fazer isso.

Falo isso para vocês como integrante da Justiça do Trabalho, concursada que sou há 22 anos e como bacharel em Direito.

Há também a discussão que muitos têm colocado aqui sobre a questão da legalidade da emenda.

Na emenda, devíamos estar falando de um universo enorme de pessoas que foram atendidas e de um pequeno grupo que infelizmente não foi. Mas é o contrário o que estamos dizendo aqui. Essa emenda é que deveria ser projeto. Na verdade, nós podemos dizer que essa emenda é ilegal, sim, se assim o quisermos.

Mas nós podemos dizer, antes disso, que ilegal é um projeto de lei que cria subcategorias dentro da categoria; ilegal é um projeto de lei que privilegia os amigos do rei em detrimento dos rigores da lei. Isso é ilegal!

O que é ilegal, companheiros e companheiras, é nós assistirmos ao fim do que é mais precioso para os servidores públicos deste país, o princípio da isonomia. Nós não podemos aceitar que o princípio da isonomia seja ferido.

E digo, com muito carinho, aos que vêm aqui debater a sua gratificação: Não se enganem, não são inimigos da maioria, estão como todos tentando conseguir ter uma melhora, porque o que deveria ser feito, ou seja, uma política séria para estruturar as carreiras, não realizaram em oito anos, e não é agora, aos 48 do segundo tempo, que se vai fazer.

Nós sabemos, e aí é que eu queria chamar a atenção das duas categorias que estão aqui, a dos que querem e a dos que têm garantido, para não perderem o foco. Estamos atuando como se quem está de um lado fosse inimigo de quem está do outro. Nós não podemos perder o foco sob pena de perdermos o bonde da história. Nós não podemos esquecer aqui quem perdidamente colocou vocês nessa situação. Os que têm gratificação, na situação de ter que se esconder dizendo que não quer batalhar por ela; e os que não têm a gratificação de ter que vir aqui todos os dias e dizer: "Por favor, a Constituição não permite que se descumpra o princípio da isonomia".

Eu estou falando isso, porque vai ser muito fácil, de um lado, fazer o discurso da estrita legalidade, quando na verdade a legalidade deveria ter sido observada na hora em que o Ministério Público deste estado disse que o nosso vice-governador estava traindo os princípios básicos de um servidor público, quebrando o sigilo funcional; quando o Ministério Público disse que aqui nós estávamos contrariando a lei,

e ainda assim nos permitiu que o Tribunal de Justiça apreciasse devidamente esse caso. E autorizou-se a posse de quem o Ministério Público dizia que não tinha condições de ser servidor público.

Portanto, para nós as pessoas que tivessem amor pela legalidade tinham que ter amor pela legalidade lá atrás e não vir aqui, hoje, dizer: "Desculpa, pessoal! Eu até queria ajudar vocês. De preferência façam uma campanha lá para mim, mas eu não posso votar porque eu amo a legalidade".

Que tivessem feito isso lá atrás! Que tivessem dito para nós, lá atrás, que têm apreço à legalidade, que isso não teria vindo para cá hoje.

Quem tem apreço à legalidade, companheiros e companheiras, não teria submetido uma mesma categoria a um procedimento diferente. Isso é absolutamente inconstitucional, e joga os parlamentares desta Casa... Ou alguém aqui não percebeu uma coisa muito interessante: que companheiros valorosos de luta, que há quatro anos estão aqui defendendo os servidores públicos, de repente, estão sendo vaiados pelos servidores públicos! E fico muito à vontade ao dizer isso, porque sou integrante temporária desta Casa, mas vejo isso como servidora pública: Não nos esqueçamos de quem em oito anos nesta Casa defendeu o servidor público e de quem em oito anos jogou contra o servidor público. Porque a eleição vem aí.

A eleição vem aí, e quem veio trazer para cá esses mesmos projetos de lei, quem veio para cá colocar vocês em lados diferentes, colocar colegas trabalhando contra colegas, primeiro de tudo, nunca entrou num hospital; nunca deu o banho no leito, que aprendemos a dar; nunca, na madrugada, quando não havia médico nenhum de plantão, não porque não queriam estar, mas porque não foi verba para a Saúde nestes oito anos que deveria ter ido, nunca tiveram que ir lá dizer para a família que perdeu uma pessoa, que não conseguimos socorrê-la, pois não havia sequer condições de se fazer o trabalho.

Portanto, se eu posso pedir, como técnica em enfermagem, como sindicalista e como deputada temporária, para vocês alguma coisa séria, quero dizer: em primeiro lugar, não desistam da luta; segundo, não esqueçam de quem conduziu vocês até aqui e de quem faz o discurso fácil e agora é amigo dos servidores públicos; terceiro, a divisão das categorias nos oprime, não ajuda a construir. Se nós podemos ter um raio de esperança, está na unidade.

Nós precisamos ter o mesmo olhar para quem está aqui querendo construir o que é seu, mas não podemos, sr. presidente, perder de vista, de jeito nenhum, que estamos aqui construindo a história. Se vocês não tivessem vindo, nada aconteceria! Eu acredito que podemos mudar a história. É por isso que sou sindicalista. Mas acredito também que não podemos perder o olhar histórico, a hora que vaia quem está aqui e a hora que vaia quem faz discurso fácil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, servidoras e servidores públicos da Saúde do estado de Santa Catarina, temos apenas cinco minutos para falar de várias coisas na tarde de hoje.

Quanto ao carteaço da desembargadora na semana passada, o mundo já não é mais o mesmo e o nosso pessoal está cada vez mais preparado para trabalhar bem, seguindo os preceitos da legalidade e para não se constranger diante do carteaço.

Na audiência pública que realizamos, ontem, em Balneária Camboriú, para discutir o Projeto de Lei n. 0612, que propõe a criação do Parque Estadual de Taquarinhas, havia mais de mil pessoas discutindo a preservação do meio ambiente e da vida.

Esse é um projeto que está tramitando nesta Casa. E na comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável no relatório do deputado Cesar Souza Júnior, lá representado pelo deputado Darci de Matos. O projeto está com pedido de vista, mas vai tramitar, e vamos aprová-lo, porque é a vontade amplamente majoritária da sociedade catarinense, especificamente da população de Balneário Camboriú.

Quero falar dos 21 excluídos, expulsos da Polícia Militar por terem reivindicado o pagamento da Lei n. 254, por terem lutado contra as injustiças salariais, contra a discriminação salarial. Foram lutar e foram excluídos, expulsos da Polícia. Houve centenas de punidos, e ainda esperamos o diálogo no sentido de buscarmos a anistia ou que se cumpra a lei federal aqui no estado, concedendo anistia a esses companheiros.

Existe a PEC que vamos discutir daqui a pouco para impedir a privatização da Celesc, mas a esses assuntos voltaremos amanhã ou na semana que vem ou quando for possível.

Mas queremos discutir nesses três minutos a Medida Provisória n. 0174. Aquilo que parecia impossível, aquilo que parecia que não iria mais acontecer aconteceu, o vento virou.

(Palmas das galerias)

O vento virou, sopra o vento a favor das trabalhadoras e dos trabalhadores da Saúde, todos eles, sem discriminar ninguém. Desde os serviços gerais, do atendente, do auxiliar de enfermagem, do técnico de enfermagem, enfermeiros, todos os servidores da Saúde foram contemplados na medida provisória apresentada na comissão de Finanças e Tributação pelo deputado Darci de Matos, reiterada na manhã de hoje na comissão de Constituição e Justiça, e que está pronta para ser votada.

Está pronta para ser votada a Medida Provisória n. 0174. Está pronta para ser votada. Pode ser amanhã, entrando direto na Ordem do Dia, mas pode ser hoje, à tarde, se houver acordo de lideranças.

Nós estamos defendendo o que já passou nas comissões. Então, que este Parlamento não deixe os trabalhadores e as

trabalhadoras terem que voltar mais uma vez. Como tenho informado, foi aprovado nas comissões, agora, virá ao plenário e vai ser aprovado amanhã ou na semana que vem. Então, por que tomar uma atitude até cruel com essas pessoas e com milhares de outras, com a sociedade, fazendo com que venham amanhã novamente, se podemos votar ainda na tarde de hoje? Portanto, com um acordo de líderes, votaremos ainda hoje e resolveremos essa questão.

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência quer registrar a presença do chefe-de-gabinete do prefeito de Balneário Barra do Sul, sr. Altair Deloguelo, e também do vereador Manoel Henrique Borges do mesmo município.

Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, servidores da Saúde, também concordo que o assunto do dia será sobre a questão do reajuste dessa classe; por isso serei bastante breve.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje é uma reunião que tivemos ontem no município de Schroeder, município anexo a Jaraguá do Sul, com relação ao aumento na capacidade de energia daquele município.

Nós conhecemos bastante o desenvolvimento da nossa região. O município de Schroeder é uma cidade que vem crescendo muito. No ano passado, tivemos aproximadamente 400 novas ligações, deputado Kennedy Nunes, naquele município, ligações de energia fazendo com que novas empresas procurem aquele município para instalar o seu parque fabril. Temos áreas planas, temos uma administração competente, o prefeito Felipe Voigt, que administra o município pelo segundo mandato. Temos empresários de Jaraguá do Sul investindo naquele município.

Um dos proprietários da empresa Weg, tão conhecida em todo Brasil, sr. Werner Ricardo Voigt, fez a doação das instalações da escola do Senai no município de Schroeder, fazendo com que a população tenha uma qualificação de mão de obra adequada para poder inserir-se no mercado de trabalho daquela região. Isso tudo fez com que o município tivesse essa necessidade de um aumento da demanda de energia.

Por isso, estamos nesta tribuna, ou seja, para fazer essa solicitação. E devemos encaminhar nos próximos dias essa demanda, para que a Celesc dê uma prioridade ao assunto em questão.

O prefeito Felipe faz um trabalho forte há alguns anos, há três anos. Temos a empresa Menegotti Máquinas, uma empresa que está em franca expansão, fazendo a instalação do bellissimo parque industrial naquela cidade. Só essa empresa demanda uma energia bastante significativa, precisando da atenção da nossa Celesc para que o município tenha essa condição de continuar recebendo.

Sabemos que Jaraguá do Sul é uma cidade que tem problemas de áreas

para que as empresas possam fazer a expansão. As cidades vizinhas estão fazendo esse trabalho, recebendo muito bem essas empresas. Inclusive, ontem, na reunião da Associação Comercial e Industrial de Schroeder, foram passados os números para que pudéssemos trazer a esta Casa. Por isso, ficamos tranquilos em ocupar esta tribuna e pedir esse reforço na demanda de energia para o município de Schroeder.

Como já havia colocado, durante esses dois meses nesta Casa vamos trabalhar na questão da infraestrutura, ou seja, energia, saúde, cujos funcionários estão aqui. Enfim, temos alguns assuntos para trabalhar.

Recentemente estivemos numa reunião no município de Corupá - o deputado Sílvio Dreveck semanalmente também está naquele município -, que está passando pelo mesmo problema do município de Schroeder. Inclusive, falava-me um vereador do município de Corupá, na reunião que participamos na última sexta-feira, ele mora no interior, que naqueles cantos, deputado Lício Mauro da Silveira, à noite, quando as pessoas querem tomar o seu banho, precisam optar entre o banho e assistir à televisão, pois acontece uma queda de energia, o que dificulta utilizar o aparelho. Isso mostra a necessidade do investimento não só no município de Schroeder, onde a demanda é bastante grande, pela diversificação do parque fabril, assim como em Jaraguá do Sul e no município de Corupá.

Recentemente estivemos na posse da presidência da Associação Comercial e Industrial de Corupá, onde o empresário Rene Manke tomou posse. E o prefeito Luiz Carlos Tamanini colocou que recentemente houve a queda de uma árvore no município de Jaraguá do Sul ocasionando a falta de energia no município de Corupá. Isso mostra a dificuldade dos municípios menores ao redor da nossa Jaraguá do Sul com relação à energia, fazendo com que o município de menor porte fique sem energia.

Também na sexta-feira estivemos visitando o prefeito de Corupá e ele nos falou que já existe uma demanda com relação à Celesc para que o município de Corupá tenha uma transmissão de melhor qualidade, uma transmissão através de uma linha maior, para que não tenhamos uma situação tão sujeita a qualquer intempérie, fazendo com que o município fique sem energia. Inclusive o próprio vereador relatou que durante o encerramento das atividades do ano de Corupá, uma cidade na qual a população trabalha muito, na noite do dia 31 de dezembro, ele correu durante a noite toda para conseguir religar a energia no seu bairro que estava às escuras em função das chuvas e ventos que aconteceram na noite do dia 31, trazendo todo esse problema ao município.

Nos próximos dias estaremos encaminhando um pedido à Celesc para reforço na questão da energia, principalmente nos municípios de Corupá e Schroeder.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, pelos dois minutos que restam ao PP.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, quero fazer algumas colocações, uma

vez que estamos sendo acompanhados por esses funcionários aqui presentes.

Eu ouvi muito bem o que a deputada Angela Albino falou. Em primeiro lugar, nós não estamos aqui fazendo uma correção de cargos; portanto, o que o Supremo diz é outra coisa não relacionada ao que estamos fazendo. Em segundo lugar, srs. deputados, eu respondo na Justiça, deputado Pedro Uczai, a um processo.

Quando Luiz Henrique da Silveira era prefeito e saiu para ser candidato a governador, ele deixou uma bronca igual na Câmara de Vereadores de Joinville. E eu hoje respondo a um processo, junto com outros deputados também daquele mandato, porque nós votamos. Inclusive, estou hoje pagando advogados para provar que na hora da votação eu não estava em plenário. Por quê? Porque estamos em período eleitoral.

Em terceiro lugar, quero colocar uma coisa muito clara para que possamos pensar. O Legislativo não pode fazer emenda que cria despesas. Não pode. Todas as emendas aprovadas aqui terão condições de ser rejeitadas, porque elas são inconstitucionais, criam despesas. Nós não podemos. E fico louco da vida quando vejo gente aqui enganando. Não vai dar! Não vai!

Então, quero dar um aviso aos funcionários públicos. Eu peço 30 segundos, por favor, sr. presidente, só para dizer que, se for aprovado aqui, ao saírem daqui não façam nenhuma conta. Sabem por quê? Porque não vai acontecer! Não vai acontecer! Eu sei que isso que estou falando é ruído para muita gente, mas estou sendo o mais claro possível. O mais claro! Eu poderia estar aqui fazendo outro papel, mas não vou fazer, porque não voto...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu faço um apelo para as lideranças, sr. presidente, sobretudo às lideranças do PMDB, para que possamos incluir na pauta da sessão de hoje a Medida Provisória n. 0174, em respeito e consideração às centenas de servidores públicos da Saúde de Santa Catarina que se fazem presentes neste plenário hoje.

(Palmas das galerias)

A pesar de algumas colocações de companheiras e companheiros duvidosos, reticentes, e de medos de deputados de que vamos ser punidos, cassados, quem procura justiça não precisa ter medo de cassação, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Srs. deputados, quando adentrarmos à Ordem do Dia, no momento oportuno, vai ser submetida à consideração dos srs. líderes a inclusão ou não na pauta, mas ainda não estamos na Ordem do Dia.

Nós, como combinado na sessão da semana passada, votaremos os vetos, e não há nenhuma hipótese de acordo para que os vetos deixem de ser votados hoje.

Por isso, vamos iniciar a Ordem do Dia, fazer a votação dos vetos e tão logo se

conclua a votação dos vetos, vamos deliberar, vamos consultar os srs. líderes sobre a possibilidade ou não de tratarmos a matéria. Não vai haver também inversão de pauta, porque os vetos pressupõem prioridade. Quando nós formos votar os vetos, vamos deliberar sobre os vetos, e logo em seguida vamos ter a deliberação se vamos votar ou não a matéria. A inclusão ou não na pauta é possível ser antecipada, mas a discussão da matéria não.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Presidente, deputado Gelson Merísio, a deputada Ana Paula Lima, quando estava conduzindo a sessão, indagou se havia a possibilidade de inversão da pauta para tratar da emenda da medida provisória. Mas v.ex.a. já esclareceu. Portanto, não vai haver inversão da pauta, e nós vamos votar primeiro os vetos.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O que pode existir é apenas a definição ou não da votação, até porque é regimental. Primeiro os vetos, eles tem que ser votados em primeiro lugar.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, temos aqui servidores que há muitos dias estão nesta Casa esperando essa votação.

Então, faço apelo que votemos essa matéria no dia de hoje. Esse é um apelo da bancada do Democratas.

(Palmas das galerias)

Já antecipo que a nossa posição é favorável à matéria e esperamos que seja deliberado agora se a votação ocorrerá na tarde de hoje, para não fazermos as pessoas aguardarem aqui a votação de todas as mensagens de veto sem saber se o que lhes interessa será ou não deliberado. Então, que decidamos agora se a matéria vai ou não vai entrar na pauta da Ordem do Dia.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Cesar Souza Júnior e deputada Ana Paula Lima, essa deliberação será feita tão logo entremos na Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Nossa intervenção é na mesma direção, sr. presidente, ou seja, essas pessoas estão cansadas, estão há muitos dias aqui, precisam voltar ao trabalho. Eu acho que esta Casa já fez tantas concessões, por que, então, não podemos, em respeito a esses trabalhadores, fazer a consulta agora para invertermos a pauta? É só isso que pedimos. E não é um pedido só meu, sr. presidente, é um pedido de todos os pares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Tão logo adentremos à Ordem do Dia será submetido aos srs. líderes, deputada.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, nós também concordamos que v.exa. faça a consulta ao abrir a Ordem do Dia, pois acho que é importante, até para tranquilizarmos essas pessoas e para que nós também tenhamos tranquilidade. Elas estão aqui desde antes da Páscoa e isso está ficando cansativo! Há pessoas que vêm de muito longe. E o mais importante é que eles são persistentes e não vão-se entregar facilmente! Então, naquilo que pudermos ajudar, vamos facilitar também.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento assinado por todos os líderes no sentido que haja suspensão da sessão por dez minutos para que haja a participação...

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, segundo o acordo de líderes que deu causa a esse requerimento, a suspensão deverá ser após a Ordem do Dia. Foi este o acordo entre os líderes, ou seja, que seriam cedidos dez minutos para as merendeiras colocarem sua situação, hoje, no estado.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, hoje, na comissão de Constituição e Justiça, foram aprovadas duas PECs, matérias que exigem duas votações em plenário. Lá foi acordado - e o presidente era o deputado Marcos Vieira - que seria feito um apelo a v.exa. e aos srs. líderes no sentido de que votássemos as matérias em primeiro e segundo turnos ainda na tarde de hoje, a fim de que v.exa. tenha condições de promulgá-las na quinta-feira pela manhã, na presença de todos os srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0129/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, antes de entrarmos na votação dos vetos, vou resolver com os srs. líderes se há concordância para deliberarmos hoje a PEC n. 0004/2010, de autoria deste deputado, que dá nova redação ao art. 40 da

Constituição do Estado de Santa Catarina e que trata especificamente da necessidade de autorização legislativa para alteração estatutária das empresas de economia mista.

Há concordância para que seja incluída na pauta?

(As lideranças aquiescem.)

Havendo concordância, está incluída na pauta a PEC n. 0004/2010.

Da mesma forma há um requerimento assinado por todos os srs. líderes, solicitando a inclusão na pauta da Ordem do Dia da PEC n. 0001/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que foi aprovada nas comissões.

Há concordância para ser incluída na pauta?

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância das lideranças, também está incluída na pauta da Ordem do Dia a PEC n. 0001/2010.

Da mesma forma, temos ainda um pedido feito por vários srs. deputados para a inclusão na pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória n. 0174/2010, que institui a gratificação por atividade técnica de saúde.

Informo aos srs. líderes que ela foi aprovada nas comissões hoje pela manhã, e regimentalmente deverá ser incluída na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão. Há que ser lida hoje e regimentalmente irá para a pauta da sessão de amanhã. Aliás, obrigatoriamente. Se houver entendimento dos srs. líderes, entretanto, ela poderá ser incluída na pauta de hoje.

Assim, a consulta que faço é nesse sentido, lembrando a todos, para que não haja dúvidas com relação à posição do Plenário, que é necessária a unanimidade dos srs. líderes para a referida inclusão de encaminhamento. Se algum líder não concordar, a matéria será incluída na pauta de amanhã.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores concorda com a inclusão na pauta das duas PECs e da Medida Provisória n. 0174/2010, para serem votadas no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - As Pecs já foram incluídas, deputado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Lembro aos deputados que as duas PECs já foram incluídas e que estamos deliberando apenas sobre a inclusão da MPV n. 0174/2010.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Da mesma forma, sr. presidente, não temos dúvida de que esses servidores públicos da Saúde que já estão aqui há mais de um mês, voltarão amanhã se for necessário. E voltarão depois de amanhã. De forma que a posição que foi aprovada na comissão de Finanças e

Tributação e na comissão de Constituição e Justiça, na manhã de hoje, vai ser aprovada um dia, mais cedo ou mais tarde. O que podemos é simplificar as coisas e diminuir o sacrifício, que já é imenso, desses servidores, concordando com a inclusão da matéria na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Esse é o apelo que a nossa bancada faz, para que possamos votar agora à tarde e dar esse alívio aos servidores da Saúde.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, como já falei anteriormente, já está muito claro que ninguém vai ganhar no cansaço os servidores das Saúde e é por isso que a posição da bancada do Democratas é para que votemos essa matéria hoje, pois ela está pronta para vir a plenário, uma vez que já passou pelas comissões de Justiça e de Finanças. Não há mais nenhuma comissão pela qual ela tenha que passar.

Por isso, peço a compreensão dos nossos pares, a sensibilidade dos colegas no sentido de incluir a matéria na pauta de hoje. O "sim" ou o "não" à MPV vai da consciência de cada parlamentar, pois cada um vota como quer, mas que votemos isso hoje, de uma vez por todas!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, na mesma direção do deputado Cesar Souza Júnior, respeitando a decisão de cada um, o PP é favorável que se delibere essa matéria no dia de hoje, porque vamos ter que votá-la hoje ou amanhã e até em função da presença maciça dos servidores nesta Casa todos os dias.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, como v.exa já colocou, temos duas PECs para votar e vamos votar, certamente, todas as mensagens de veto que estiverem na pauta. Além disso, sr. presidente, regimentalmente, a medida provisória seria lida hoje para ser votada amanhã.

Assim, para não cometermos nenhum equívoco regimental ou causarmos algum incidente eleitoral, pedimos que os trâmites legais sejam cumpridos, ou seja, que seja feita a leitura da matéria no dia de hoje e ela seja votada amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência quer deixar muito claro que respeita a posição do líder do PSDB. No entanto, é regimental que os srs. líderes incluam na pauta da Ordem do Dia a matéria em tela, assim como foi feito com as PECs.

Mas, como dissemos, respeitamos a posição de v.exa. pela não-inclusão na

pauta, mas não com esse argumento. Aceitamos a sua posição com o argumento de que o entendimento do seu partido não é pela votação hoje. Isso nós respeitamos.

Com relação à questão regimental, o nosso Regimento Interno prevê que por acordo de líderes as matérias podem ser incluídas na pauta da Ordem do Dia, como, aliás, foram incluídas as duas PECs. Mas nós respeitamos a posição da bancada do PSDB.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, vamos voltar um pouquinho no tempo e lembrar que essa matéria está aqui desde antes da Páscoa. Se houvesse alguma vontade de evoluir para atender ao clamor desta gente, o gesto já teria sido praticado. Não há mais nada que justifique esta Casa não votar essa matéria hoje. A matéria está pronta.

Nós já fomos ameaçados com uma ação para cassar o mandato, para cassar a candidatura, mas ninguém está preocupado com isso, sabemos o que estamos fazendo e queremos votar e votar hoje!

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com todo o respeito ao deputado Serafim Venzon, quero dizer que o equívoco já foi do governo em deixar esses funcionários sem gratificação.

Então, deputado Serafim Venzon, v.exa. que apoia o governo, que é do PSDB, não cometa o mesmo equívoco não deixando que essa matéria seja votada ainda hoje. Solicitamos que v.exa. reveja essa posição!

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Será incluída na pauta da Ordem do Dia de amanhã a Medida Provisória n. 0174/2010.

Passaremos a deliberar as mensagens de veto. Há, no entanto, uma ponderação do deputado Lício Mauro da Silveira no sentido de fazermos a votação dos dois turnos das PECs cuja inclusão na pauta foi aprovada. Se houver entendimento dos srs. líderes nesse sentido, nós deliberaremos sobre as PECs, encerraremos esta sessão e iniciaremos a sessão extraordinária para votação dos vetos, para que possamos fazer a votação das PECs.

Há concordância dos srs. líderes?

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno da PEC n. 0004/2010, de autoria do deputado Gelson Merísio e outros, que dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina (competência exclusiva da Assembleia Legislativa).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será no painel e a PEC necessita de quórum qualificado, 25 votos, para ser aprovada.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente pedimos esclarecimento sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pois não, deputado. Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a PEC n. 0004/2010.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quero somente declarar a minha posição, porque há também nesta Casa uma PEC, assinada por 19 deputados, cuja admissibilidade já foi aprovada na comissão de Constituição e Justiça e, segundo nos sinaliza o deputado Antônio Aguiar, na próxima terça-feira virá à votação.

Acho que esta PEC de sua autoria, sr. presidente, é uma parte da conquista e na próxima semana poderemos aprofundá-la, criando mais condições, critérios, para manter em poder do estado o patrimônio público de Santa Catarina, principalmente a Celesc e a Casan, que são empresas do povo catarinense.

Por isso, então, é que vamos votar a favor desta PEC, não prejudicando, entretanto, a tramitação e o mérito da outra, que aprofunda e amplia as condições de manter público o patrimônio dos catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Srs. deputados, imediatamente após as comissões concluíram o seu trabalho, ela será incluída na pauta da sessão seguinte, deputado Pedro Uczai.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIETER JANSSSEN	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO OZAIR POLACO	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 36 srs. deputados com o voto da deputada Ada De Luca.

Temos 36 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada em primeiro turno.

Discussão e votação da PEC n. 0001/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que dá nova redação ao art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal no painel eletrônico e precisamos de 25 votos para aprová-la.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIETER JANSSSEN	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO OZAIR POLACO	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS		DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	voto "não".
DEPUTADO RENATO HINNIG		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	Está aprovada em primeiro turno.
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI		Esta Presidência encerra a
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim			presente sessão e com convoca outra,
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim			extraordinária, para as 16h11.
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim			Está encerrada a sessão.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim			

ATA DA 009ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h11, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Chereim - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Pede que seja contabilizado o seu voto na PEC n. 0004/2010.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Encaminha a votação da MSV 1.363/2009, que opõe veto parcial ao PL 0212/2009, de sua autoria.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha a votação da MSV 1.401/2009, que opõe veto total ao 0382/2007, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da MSV 1.402/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0251/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Declara voto ao PLC n. 0011/2009.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Declara voto ao PL n. 0484/2009.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Declara voto ao PL n. 0484/2009.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Declara voto ao PL n. 0484/2009.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Declara voto ao PL n. 0484/2009.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Declara voto ao PL n. 0484/2009.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Declara voto ao PL n. 0457/2009.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha voto ao PL n. 0104/2009.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha voto ao PL n. 0341/2009.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

(pela ordem) - Encaminha voto ao PL n. 0534/2007.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Refere-se ao PL n. 0534/2007.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0534/2007.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Convoca os membros da comissão Especial para reunião.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta-se acerca da terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Comenta a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Tece comentários acerca da terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Refere-se à terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Comenta a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pronuncia-se a respeito da terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Comenta a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Refere-se à terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Sugere a convocação do secretário da Educação.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Aborda a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Reporta-se à terceirização da merenda escolar.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ADA DE LUCA - Registra os 44 anos de história do PMDB.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - comenta a gratificação dos servidores da Saúde.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pronuncia-se acerca da terceirização da merenda escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno da PEC n. 0004/2010, de autoria do deputado Gelson Merísio e outros, que dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina (competência exclusiva da Assembleia Legislativa).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em votação.

A votação será nominal e são necessários 25 votos.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREIM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO ONOFRE AGOSTINI	sim
DEPUTADO OZAIR POLACO	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

Votaram 34 srs. deputados.
Temos 34 votos "sim" e nenhum voto "não".
Está aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu queria que v.exa. contasse também o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Temos agora, então, 35 votos "sim", com o voto favorável do deputado Décio Góes.

Discussão e votação em segundo turno da PEC n. 0001/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig e outros, que dá nova redação ao art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Quem votar "sim" aprova a matéria, quem votar "não" rejeita-a.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	si
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
------------------------	-----

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
------------------------	-----

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
-----------------------------	-----

DEPUTADO DADO CHEREM	sim
----------------------	-----

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
---------------------------	-----

DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
---------------------	-----

DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
------------------------	-----

DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
------------------------	-----

DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
--------------------------	-----

DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
-----------------------	-----

DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
----------------------------	-----

DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
------------------------	-----

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
----------------------------------	-----

DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
----------------------	-----

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
------------------------	-----

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
----------------------------	-----

DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
---------------------------	-----

DEPUTADO ONOFRE AGOSTINI	sim
--------------------------	-----

DEPUTADO OZAIR POLACO	sim
-----------------------	-----

DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
----------------------	-----

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
------------------------------------	-----

DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
------------------------	-----

DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
------------------------	-----

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
---------------------------	-----

DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
------------------------	-----

DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
--------------------------	-----

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
---------------------------------	-----

DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
-------------------------	-----

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
----------------------------	-----

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada em segundo turno.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 1.363/2009, de autoria do governo do estado, que opõe veto parcial ao PL n. 0212/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que dispõe sobre a qualidade dos comprovantes emitidos em caixas eletrônicas em bancos do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O voto será no painel.

Quem votar "sim" mantém o veto e quem votar "não" rejeita-o.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, faço um apelo para que mantenhamos o veto, porque ele só melhorou o projeto, tirando a advertência e partindo justamente para a execução, para a penalidade. Por isso é importante e o governo foi inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim", quatro votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Esclareço aos srs. deputados que a Medida Provisória n. 0174/2010 será incluída na pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã à tarde.

Amanhã de manhã serão deliberados os requerimentos, conforme já acertado pelos srs. líderes, e amanhã à tarde serão deliberadas as matérias que necessitam de quórum qualificado. Então, a deliberação das matérias será feita na sessão de amanhã à tarde. Amanhã, como está previsto no nosso calendário especial, teremos votação pela manhã, mas a matéria está incluída na pauta para a sessão de amanhã à tarde.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.401/2009, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0382/2007, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que proíbe a utilização de organismos geneticamente modificados (transgênicos) na merenda escolar das escolas da rede pública do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantém o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, para

encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - O PSDB vota "sim", sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O voto é secreto, mas, mesmo assim, está feito o encaminhamento pelo deputado líder do PSDB.

EM votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 34 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 21 "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.402/2009, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0251/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a política de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer bucal no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, nós conversamos sobre esse veto e o governo entende que podemos derrubá-lo, mantendo o projeto do deputado Antônio Aguiar.

Então, encaminhamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 34 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos três votos "sim" e 31 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.403/2009, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0151/09, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre a remessa de carta com aviso de recebimento (AR) aos candidatos aprovados em concursos públicos no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim" e 22 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.494/2010, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0354/2009, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóveis no município de Ilhota (instalação de serviços públicos municipais).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, houve uma alteração na pauta da Ordem do Dia. Agora estamos deliberando a Mensagem n. 1.494/2010, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sim! Depois vamos deliberar a Mensagem n. 1.405/2009. Acabei pulando uma matéria.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Tudo bem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 17 votos "sim" e 17 votos "não".

Está mantido o veto.

Agora, sim, vamos deliberar a Mensagem n. 1.405/2009.

Discussão e votação da Mensagem n. 1.405/2009, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0363/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que cria a Campanha Economizar Energia, a Lição de Sabedoria, nas escolas públicas.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 34 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 20 votos "não", 13 votos "sim" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 1.496/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0012/2009, de autoria da bancada do PT, que altera o art. 5º da Lei Complementar n. 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular - Nova Casa, cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, ficamos muito preocupados com esse veto porque fizemos esse projeto baseados na Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005, que trata de toda a Política Nacional de Habitação de Interesse Social.

Fizemos um debate aqui sobre a criação do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, que constrói uma política de democratização, descentralização, controle social e transparência nos procedimentos decisórios. E o nosso projeto tem o objetivo de criar um fundo estadual, com a participação das associações comunitárias, dos sindicatos e das cooperativas habitacionais, no Programa da Habitação Popular do Estado de Santa Catarina.

Então, ficamos muito preocupados com o veto do governador do estado a esse projeto porque entendemos que até podemos perder recursos federais por não termos um fundo estadual, com a participação das associações comunitárias, dos sindicatos e das cooperativas habitacionais, no Programa da Habitação Popular do Estado de Santa Catarina.

Essa é a razão de defendermos o projeto. Não se trata de uma discussão somente do nosso partido, da nossa bancada, trata-se de habitação de interesse social, que é um debate da sociedade catarinense, das organizações e, principalmente, do estado de Santa Catarina.

Assim, pedimos o apoio das bancadas para a derrubada do veto, a fim de fortalecermos a habitação pública e popular no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim" e 21 votos "não".

Está derrubado o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 1.497/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0011/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do estado de Santa Catarina e adota outras providências (dos dependentes).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, para declaração de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de votação, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Srs. deputados, este projeto não traz prejuízo nenhum porque é a Previdência dos dependentes dos servidores públicos.

Portanto, nós solicitamos a todos os srs. deputados que votem pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 36 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim", 20 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.500/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0484/2009, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui Grupo de Trabalho - GT -, destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - IPM -, de conformidade com a Lei Complementar Federal n. 63, de 1990, e do § 4º do art. 133 da Constituição Estadual.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pedimos a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de chamar a atenção dos nobres deputados com relação a este projeto e ao veto que nós estamos deliberando aqui.

Como é que funciona? Hoje quem define o retorno do ICMS são os secretários executivos das Associações de Municípios do estado de Santa Catarina, hoje 22. Por que o veto do governo está aqui? É simples! Porque esse projeto impede que município que quiser brigue pelo retorno do ICMS daquilo que produz, o que lhe é garantido por lei federal.

Vou dizer uma coisa aqui: o retorno do ICMS não é benefício, é direito. Retorno de ICMS é direito. Se fosse benefício, tudo bem. Por quê? Porque 15% desse retorno já vão divididos para todos os municípios e o restante fica para o município que produz.

Agora, o que não pode é o município que produz, ao querer brigar pelo retorno, deputada Ada De Luca, não ter direito a voto. Não estou dizendo direito do voto do secretário ao qual o município está ligado. Estou dizendo do direito do município.

Portanto, o veto dado pelo governo é um veto responsável, que garante ao município o direito de ele poder brigar com os seus auditores fiscais por aquilo que acha que é verdade, por aquilo que o município produziu.

Deputada Ada De Luca, é mais ou menos assim que está sendo feito agora: na hora de dividir o bolo, eles analisam, por exemplo, o crescimento de um município. Só que às vezes aquele crescimento é diferente do definido por eles. Daí, se o município quiser argumentar e provar que o seu crescimento foi maior, não é possível!

Estou pedindo aos nobres deputados que mantenham o veto para que a partir da manutenção desse veto possamos fazer nesta Casa uma discussão séria com respeito a esse assunto, colocando o grupo de trabalho, os municípios interessados e a secretaria da Fazenda para fazer algo muito sério.

É a mesma coisa, deputado Jorginho Mello, que v. exa. recebeu uma boa aposentadoria, porque trabalhou, pagou para recebê-la, e na hora de pagarem a sua aposentadoria alguém falar assim: "O senhor está ganhando muito e tem que distribuir com os que ganham menos". Daí, deputado, v. exa. vai dizer: "Não! Espera aí! Eu paguei para isso!"

Distribuição de ICMS não é benefício, é direito! Se o município produziu, ele tem que receber! É direito! E 15% do retorno do ICMS já vão para todos os municípios de forma igual. Não podemos fazer com que o retorno do ICMS seja um benefício. É um direito. E cada município que se organize para buscar lá no grupo de trabalho o retorno que precisa ou que acha que é direito.

Por isso peço aos nobres deputados que mantenham o veto ao Projeto de Lei n. 0484/2009, oposto através da Mensagem n. 1.500/2010.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, peço a todos os srs. deputados que votem pela derrubada do veto, até porque eu entendo exatamente o contrário. Esse projeto garante a participação de todos, principalmente dos pequenos municípios de Santa Catarina.

Portanto, vou votar pela derrubada do veto. Esse, sim, vai ser o critério mais justo a todos os municípios de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Pela

ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, este projeto de autoria do colega deputado Valmir Comin é meritório. No entanto, entendemos que há manifestações de associações pedindo a derrubada do veto e há manifestações de prefeitos pedindo a manutenção do veto. É um projeto polêmico e o importante é que no resultado final nenhum município tenha prejuízo. Isso é o mais importante.

Sr. presidente, feita esta constatação, liberamos a nossa bancada para votar de acordo com a sua consciência, entendendo o que seja o melhor para os municípios catarinenses.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, qual a perspectiva da relação entre o ente estado de Santa Catarina com os municípios, quando se trata de impostos? Ou legitimamos as Associações de Municípios, cujos municípios são compostos com pequenos, médios e grandes municípios, ou deslegitimamos e constituímos outra perspectiva e outra ação.

Eu, que fui municipalista, presidente de associação municipal e presidente da Fecam, compreendo que as associações de municípios são as mais legítimas, democráticas e suprapartidárias instituições para discutir a relação entre estado e municípios.

Portanto, a derrubada do veto não é para discutir pequeno ou grande município, mas para legitimar essa instituição chamada Associação dos Municípios no trato da questão tributária.

O deputado Kennedy Nunes disse aqui que é benefício, e não é direito. Mas se houver alguma associação de município destruindo o direito do pequeno, médio ou grande município, tem que denunciar! Se esse instrumento não está sendo legítimo, não está sendo legal, não está sendo democrático, tem que ser denunciado.

Eu quero que as vinte e poucas associações tenham representação no debate tributário de Santa Catarina. É justo, é legítimo e é desenvolvimento para todas as regiões de Santa Catarina.

Portanto, é esta a compreensão: se está havendo injustiça, se está havendo privilégio, se está havendo município que não está garantindo o seu direito ao tributo, ao ICMS, que seja denunciado. Eu denuncio aqui na tribuna também.

Agora, não tenho qualquer dificuldade de defender que as Associações dos Municípios, representadas suprapartidariamente no conjunto do estado de Santa Catarina, não sejam o principal instrumento democrático para descentralizar e democratizar a política tributária de Santa Catarina.

Por isso voto pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o

sr. deputado Serafim Venzon, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, certamente o Brasil recolhe mal os impostos e redistribui de maneira pior ainda.

Sou autor de um projeto aqui nesta Casa que revê os princípios de distribuição do ICMS, porque, no meu entender, ao distribuir 15% de forma igual para todos os municípios e os 85% de acordo com o movimento econômico, na verdade estamos beneficiando demasiadamente os municípios mais ricos e os municípios extremamente pequenos. No entanto, os municípios que têm dez, 15 ou 20 mil habitantes, pela lei atual da distribuição do ICMS, são muito prejudicados.

No meu entender, não podemos delegar essa grande responsabilidade a ninguém. Precisamos, sim, analisar os projetos que estão tramitando nesta Casa. Há um projeto de autoria do deputado Renato Hinnig, também um projeto de autoria deste deputado. Essa é uma grande responsabilidade que não podemos delegar a ninguém.

Eu peço o voto pela manutenção do veto, para aí, sim, discutirmos posteriormente uma lei que esta Assembleia deverá fazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim", 21 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.503/2010, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0457/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que impõe sanções às seguradoras que praticarem condutas lesivas aos segurados ou terceiros e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, esse projeto dá direito ao cidadão de escolher a oficina em que vai arrumar o seu veículo que está segurado por alguma seguradora. Isso é uma garantia do Código do Consumidor.

Por isso, eu peço aos novos deputados que possamos derrubar esse veto e dar garantia ao segurado da escolha da oficina onde vai poder arrumar o seu carro.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrada a votação.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos quatro votos "sim", 32 votos

"não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.507/2010, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0104/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que acrescenta a alínea "k" ao inciso V do art. 8º da Lei nº 7.543, de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, essa matéria foi vetada, porque ela já está incluída na Medida Provisória n. 0160/2009. Essa matéria já está incluída. O deputado Kennedy Nunes já sabe. Por isso ela foi vetada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sempre lembrando que medida provisória é precária e carece da conversão em lei quando da sua aprovação.

(Pausa)

Na verdade, trata-se de medida provisória já convertida em lei.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.508/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0341/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - as operações internas com a semente pinhão.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós temos aprovado aqui grandes programas de isenção, de incentivo, como o Prodec, o Pró-Emprego, o Pró-Cargas e tantos outros que no exercício de 2010, conforme declaração do novo secretário, seriam em torno de R\$ 4 bilhões em renúncia.

Por outro lado há outros incentivos, inclusive renúncia de ICMS no processo. Então nós pedimos diligência a este projeto. Foi encaminhada diligência e a resposta da Secretaria da Fazenda que faz menção ao impacto diz que é praticamente zero, ou seja, 0,01%, o que é um impacto financeiro muito pequeno.

Nós entendemos que essa é uma

produção importante para Santa Catarina, porque mantém milhares de famílias produzindo. É uma atividade que recuperou a mata ciliar, incentivou a cultura histórica do pinhão e é por isso que estamos pedindo a derrubada do veto, porque entendemos que esse projeto é fundamental para dar incentivo à produção, principalmente para a região serrana de Santa Catarina, onde muitos municípios como Painel e outros têm na atividade do pinhão uma renda extraordinária.

Neste sentido nós pedimos aos srs. deputados a derrubada do veto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, a matéria aqui comentada pelo deputado Dirceu Dresch é meritória. A minha região é produtora de pinhão e esta matéria tem todo o mérito. Há algumas inconstitucionalidades, mas para que não haja dúvidas quanto à inconstitucionalidade, deputado Dirceu Dresch, em homenagem à v.exa., eu sigo com o governo do estado que encaminhará a matéria na questão do pinhão, para que não haja uma ação por inconstitucionalidade, porque há renúncia fiscal.

Vou encaminhar o voto "sim" pela derrubada do veto, porque há o compromisso do governo de enviar um projeto a esta Casa neste sentido. Será então encaminhado a esta Casa um projeto de origem governamental para regulamentar essa questão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch, autor do projeto.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, só para esclarecimento, o veto não fala em inconstitucionalidade em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Srs. deputados, a votação será secreta por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e 17 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, o deputado Pedro Uczai já fez a solicitação. Está presente aqui o pessoal da Rede Catarinense de Mobilidade Ciclistica. Eles estão em defesa do Projeto de Lei n. 0534/2007.

Como o deputado Pedro Uczai já falou, nós estamos colhendo a opinião dos líderes, no sentido de colocar esse projeto em votação, ainda no dia de hoje.

Até agora todos os líderes concordaram, mas ainda está faltando a opinião do líder do PMDB, que já está sendo consultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Décio Góes, eu já vou submeter isso à deliberação dos srs. líderes, pois já temos em mãos a Mensagem n. 1.510, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0534/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai.

Eu consulto os srs. líderes se há condições de votarmos hoje, senão votaremos amanhã. Se houver entendimento dos srs. líderes, a matéria, que está pronta para ser votada, poderá ser deliberada hoje.

(Os srs. líderes aqiescem.)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Só quero registrar também o nosso apoio a esta matéria. Nós fomos procurados pela Rede Catarinense de Ciclistas e votaremos, evidentemente, pela derrubada do veto, pelo mérito da matéria, pela sua grande importância, em homenagem também ao grande amigo da época da Universidade Federal de Santa Catarina, André Geraldo Soares, que faz parte da Rede Catarinense de Mobilidade Ciclistica realizando um debate tão necessário à sociedade para diminuir os índices de poluição e melhorar a qualidade de vida da nossa sociedade.

Portanto, "não" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.510/2010, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0534/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai, que trata da infraestrutura e equipamentos de segurança e acessibilidade para as formas de mobilidade não motorizadas e adota outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, faço um apelo a todos os srs. deputados. Todas as cidades hoje precisam disso e há muitas SCs que cortam as cidades.

Então, esses espaços conurbados precisam ter infraestrutura para ciclovias, para ciclofaixas, que hoje não existem. Então, é um programa de política pública de incentivo ao uso da bicicleta, sem violência, sem mortes. A cada audiência que se faz sobre o tema, sempre se ouve a pergunta: Quem morreu nas estradas ou no espaço urbano das SCs? Porque se trata de uma política estadual.

Então, nós queremos que seja derrubado o veto para que esse debate continue em Santa Catarina. Por isso quero contar com o apoio de v.exas.

Assim apelo a todos os srs. deputados para que possamos derrubar este veto e construir um diálogo com o governo do estado para a implementação de ciclovias, de ciclofaixas e para que a bicicleta seja um instrumento, um veículo de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira

discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Em entendimento com o governo, liberamos a bancada para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será secreta.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Tivemos nove votos "sim" e 24 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Esta Presidência comunica o Ato da Presidência n. 010-DL, de 2010.

(Passa a ler.)

"O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 319 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Comissão Especial

integrada pelos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Antônio Aguiar, Joares Ponticelli, Décio Góes, Cesar Souza Júnior, Gilmar Knaesel e Ozair Coelho de Souza, com a finalidade de apreciar a indicação, pelo Senhor Governador do Estado, do nome do Senhor Adircélio de Moraes Ferreira Junior, para ocupar a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de abril de 2010" [sic]

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli, que, pela antiguidade e número de mandatos, automaticamente, convocará a reunião.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero, como sempre fizemos nas demais comissões e para dar serenidade também, convocar os membros da comissão, os srs. deputados Décio Góes, Cesar Souza Júnior, Gilmar Knaesel, Ozair Coelho de Souza, Elizeu Mattos e Antônio Aguiar, para nos reunirmos, logo após o encerramento da Ordem do Dia desta sessão extraordinária, a fim de elegermos o presidente e o relator da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feita a convocação para reunião, às 18h, da comissão constituída neste momento.

Esta Presidência, conforme entendimento dos srs. líderes, suspende a presente sessão, por dez minutos, para que faça uso da tribuna a sra. Vanda Gomes Pinhedo, diretora da Organização Sinte, do município de São José, responsável pelo setor de serviço de merenda do Sinte.

Está suspensa a presente sessão, por dez minutos, conforme solicitação unânime dos srs. líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero somente manifestar mais uma vez o nosso apoio a essa luta.

Estivemos com o procurador da República, dr. Celso Três, em Tubarão, que se está dedicando muito a essa causa e já se reuniu, inclusive, com procuradores do estado do Rio Grande do Sul. Esse é um crime lesa-pátria. O custo da merenda vai saltar de R\$ 70 milhões por ano para R\$ 210 milhões. A representante das merendeiras colocou muito bem, ou seja, que as empresas que vêm de fora não têm nenhum compromisso social.

Há uma tal de Risotolândia, há outra chamada Coan Alimentação, mas a verdade é que são empresas que vão levar o dinheiro de Santa Catarina para fora e que vão deixar essas dedicadas trabalhadoras sem emprego. Trata-se de um problema social que o estado criou, deixando-as sem nenhuma condição até de manter a dignidade familiar. É um absurdo. Esse processo tem que ser interrompido, esse grande negócio que está em curso em Santa Catarina precisa ter um fim.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, quando escutei a representante das merendeiras percebi que ela colocou muito bem a preocupação não só com a sua categoria, mas principalmente com a qualidade da alimentação das nossas crianças.

Com relação àquilo que o deputado Joares Ponticelli falou acerca das diferenças de valores, que eu considero astronômicas, acredito que esta Casa deva tomar uma posição com relação a esse aspecto. Devemos convocar a secretaria de Educação imediatamente para fazer uma exposição sobre esse processo todo, mostrando suas vantagens e desvantagens, porque a nosso ver só há desvantagens. Acho que devemos chamar esse assunto à nossa responsabilidade e essa é a sugestão que deixo na Casa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, estava na Casa na última sexta-feira, quando recebi um grupo grande de trabalhadores da Educação, principalmente merendeiras e serventes, que estavam justamente procurando os deputados para denunciar, informar e pedir apoio com relação a esse processo de privatização que vem avançando no estado de Santa Catarina.

Tramita na Casa uma PEC de autoria do deputado Pedro Uczai, à qual foi apensado um projeto de nossa autoria, já do ano passado, que impõe que para que haja qualquer privatização de empresa ou de serviço no estado de Santa Catarina seja necessário um plebiscito popular que autorize.

Então, essa é uma medida que pode evitar que absurdos como esse aconteçam, prejudicando trabalhadores com mais de 20 anos de serviço para favorecer quatro empresas privadas, que vêm de fora para enriquecer com o esforço dos catarinenses.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Como agricultor familiar, sr. presidente, quero solidarizar-me com essa luta do Sinte, das merendeiras.

Achamos essa ação do governo do estado absurda, pois produzimos tanto, temos produtos de qualidade e, acima de tudo, temos condições de fornecer produtos orgânicos, agroecológicos. Além disso, a secretaria da Educação vai gastar o dobro na compra da merenda escolar dessas empresas de fora, mandando as merendeiras para casa. Além disso, a cozinha da escola é um laboratório de hábitos alimentares, de produção de alimentos e isso não vai mais ocorrer, infelizmente.

Ressalte-se que o governo federal criou a lei de incentivo à agricultura familiar, pois ela pode participar em até 100% no fornecimento da alimentação escolar nos municípios. Enquanto isso, o governo do estado toma a iniciativa absurda de privatizar a alimentação escolar.

Vamos firmes na luta! Parabéns aos professores, aos educadores, ao Sinte, mas também a todas as merendeiras pela luta. Vão em frente que estaremos juntos.

Obrigado!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero manifestar à Vanda e às demais merendeiras o nosso apoio à sua luta, pois ficamos extremamente indignados porque esse processo já está bem avançado no sul do estado.

São três, no mínimo, os aspectos que questionamos. O primeiro aspecto é a demissão em massa de cinco mil trabalhadores no estado, demissão essa que precisa da atenção das autoridades e da Justiça Trabalhista.

O segundo aspecto é o econômico. O estado gasta R\$ 50 milhões em merenda escolar atualmente; quando esse projeto foi gestado, orçaram em R\$ 70 milhões; ao ser contratado ficou em R\$ 145 milhões e no ano que vem a previsão é de R\$ 210 milhões, ou seja, quatro vezes e meia a mais do que seria necessário gastar.

Ora, isso fere a economia do povo catarinense. Além disso, não está sendo cumprido o contrato de compra de produtos da agricultura familiar, além do aspecto da qualidade, porque a merendeira é...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, realmente essa é uma política de estado mínimo, é uma política de privatização dos serviços inerentes ao estado, além de tirar o emprego das nossas merendeiras.

É revoltante, deputados, o tratamento dado pelo governo do estado a essas mulheres. Como bem frisou a Vanda, no seu pronunciamento, elas passaram muito tempo de suas vidas dedicando-se à alimentação das nossas crianças e adolescentes e agora, quando estão prestes a se aposentar, são descartadas pelo governo.

Por isso, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, vamos ser sempre solidários a essa luta. E é por isso, também,

sr. presidente, que Santa Catarina precisa da sensibilidade feminina para governá-la, já que é um estado de maioria feminina e as nossas mulheres estão sendo maltratadas.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente desta sessão, deputado Jailson Lima, além da injustiça da demissão das merendeiras, através de um ato autoritário, além da exclusão de muitos agricultores familiares que forneciam alimentação, ontem, o secretário da Agricultura denunciou que perdemos a condição de vender para a rede pública estadual os alimentos da agricultura familiar de Santa Terezinha do Progresso.

O que é mais grave nisso tudo é que a licitação foi dirigida, e vou mostrar, através de documentos, após estudos que fizemos, que o processo licitatório de São Paulo e o de Santa Catarina, que ocorreu logo em seguida, foram iguais. Em São Paulo já foi instalada uma CPI! O Ministério Público paulista já denunciou a licitação da merenda escolar!

Nós vamos trazer dados e queremos colocar a comissão de Educação da Assembleia Legislativa, estão aqui o deputado Lício Mauro da Silveira e os demais parlamentares, à disposição das merendeiras e do Sinte, para construirmos juntos o bom debate sobre a merenda escolar em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Jailson Lima, três assuntos vieram à tona, deputado Lício Mauro da Silveira, que me preocupam muito.

Precisamos esclarecer a questão dos valores. Foram levantadas aqui suspeitas acerca dos valores, e isso precisa ser esclarecido. Não é porque sou deputado da base do governo que concordo que se jogue dinheiro pela janela, se é verdade que isso está acontecendo.

Essas pessoas que trabalharam a vida toda como merendeiras - e ouvimos aqui o pronunciamento da dona Vanda - merecem ser alvo de um encaminhamento, de uma solução, deputados.

Por fim, sou um deputado que se identifica com a agricultura. Se há nos municípios a possibilidade de oferecer produtos de qualidade para a merenda escolar, por que temos que centralizar o processo e receber alimentos dos grandes centros?

Então, a minha proposta, deputado Jailson Lima, é que se convoque o secretário da Educação, para que ele venha à Assembleia Legislativa prestar estes esclarecimentos: quais os valores que estão sendo gastos, quanto se gastava e quanto se vai gastar; qual o encaminhamento que será dado ao caso das merendeiras; e por que não se busca fazer a merenda escolar comprando diretamente os alimentos da nossa agricultura.

Para concluir, proponho que seja

convocado o secretário da Educação para prestar os devidos esclarecimentos a esta Casa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero parabenizar o deputado Moacir Sopelsa pelo encaminhamento e sugerir que as representações dos trabalhadores também possam fazer-se presentes, para buscarmos o melhor encaminhamento dessa questão que está afligindo a vida das merendeiras por todo o estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, o encaminhamento feito pelo deputado Moacir Sopelsa é importante, e eu gostaria de objetivar a sua proposta, através da aprovação, na sessão de amanhã, de um requerimento convocando o secretário da Educação. Não pode ser agora a votação do requerimento porque não há mais quórum para deliberação, senão poderíamos fazê-lo. Mas o meu encaminhamento é no sentido de que se elabore um requerimento a ser votado na Ordem do Dia da sessão de amanhã à tarde, convocando o secretário Paulo Bauer, da Educação, para esclarecer os aspectos enumerados tão bem por v.exa. deste microfone.

Parabenizo v.exa. e peço que seja dado esse encaminhamento objetivo, para que possamos fazer a convocação do secretário de forma legal, formal e regimental.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Acho que o melhor é que o encaminhamento seja feito pelos líderes de bancada ou pela própria comissão de Educação. Devemos entender-nos durante a manhã, para que o requerimento seja feito pelos líderes de bancada ou pela comissão de Educação da Casa, que é a comissão competente e que deve ser respeitada.

Eu assino também o requerimento, sem problema algum, e tenho certeza de que a bancada do PMDB também o assinará.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, acho que nós, parlamentares, temos a obrigação de defender, conscientemente, as merendeiras que ora servem as escolas estaduais. Nós sabemos o quanto elas têm dedicado o seu tempo em benefício da nossa criança. Ninguém as ignora, tenho certeza absoluta. E se hoje elas estão recebendo através das APPs, isso sempre foi legal, é porque o

Tribunal de Contas também deve entender que estamos atendendo uma camada social que beneficia os nossos filhos, que faz um trabalho corretíssimo, pois lá há merendeiras habilitadas, inclusive nutricionistas.

Quando fui prefeito de Caçador mandei uma pessoa fazer o curso de nutrição a fim de orientar as demais merendeiras, para que pudessem prestar um bom serviço.

Não é possível que nós, hoje, com a crise que estamos enfrentando, tenhamos que dispensar merendeiras que estão lá há 11, 15, 18, 20 anos trabalhando para contratar um pessoal mais jovem que irá receber um salário menor. Essas merendeiras não podem ficar sem emprego. Por isso entendo que é importante, e o líder do PP, deputado Silvío Dreveck, nos autoriza a buscar uma solução...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Deputado Silvío Dreveck, v.exa. se incumbirá de encaminhar esse requerimento através da comissão de Educação.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Sr. presidente, eu penso que temos duas alternativas, conforme v.exa. falou anteriormente, sendo muito feliz na sua proposição, e uma delas é através da comissão de Educação. Se não houver uma iniciativa da comissão, as lideranças poderão tomá-la amanhã mesmo na sessão, pois é um assunto muito oportuno e merece toda a atenção, preocupação e até uma transparência.

Então, não há dúvida de que vamos dar continuidade a esse trabalho no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Silvío Dreveck.

Antes de passarmos para à Explicação Pessoal, temos ainda algumas indicações.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0211/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0212/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0213 e 0214/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0215/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0216 e 0217/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0218/2010, de autoria do deputado Jailson Lima; 0219 e 0220/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0477/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0498, 0499, 0512, 0524 e 0525/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0478/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0479, 0508, 0513 e 0514/2010, de autoria do deputado Reno

Caramori; 0480 e 0530/2010, de autoria do deputado Edison Andrino; 0482, 0483, 0434, 0485 e 0520/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0486/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 04876, 0488, 0489, 0490 e 0491/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0492/2010, 0521/2010 e 0522/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0493/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0496/2010 e 0519/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0500, 0501 e 0502/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0503 e 0509/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0505 e 0506/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0510/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira; 0511/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0515, 0518 e 0523/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, e 0516/2010, de autoria do deputado Silvo Dreveck.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

Na ausência do deputado Joares Ponticelli, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Renato Hinnig.

(Pausa)

Na ausência do deputado Renato Hinnig, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Na ausência do deputado Edison Andrino, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Na ausência da deputada Ana Paula Lima, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ada De Luca, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, primeiramente eu gostaria de ser solidária à luta das merendeiras e dizer que se o governo errou eu, como deputada do governo, exijo que esse erro seja reparado, para que façamos justiça social.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL, quero hoje destacar o aniversário do meu partido, o PMDB, que comemoramos em um belíssimo evento no último sábado, em Criciúma, minha cidade natal.

Com direito a bolo de parabéns, mais de três mil peemedebistas comemoraram os 44 anos de história do maior partido político de Santa Catarina e do Brasil, que é o PMDB. E era um dia de chuva e de frio.

Ex-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, lideranças, principalmente a militância aguerrida, homens e jovens participaram do evento.

Foi um momento lindo e emocionante. Foi um momento de lembrar o nosso passado de glórias, deputado Moacir Sopelsa, de celebrar o presente de

realizações e de preparar um futuro de novas conquistas.

E que passado temos para lembrar... Não podemos esquecer a nossa história.

O 'MDB' que ajudei a fundar em Criciúma, pois sou a quinta inscrita no partido no meu município, tem uma rica e valorosa história que eu não poderia deixar de relatar desta tribuna.

Sou do tempo, e tenho certeza de que muitos companheiros aqui também são, em que ser 'emedebista' era a mesma coisa que ser marcado 'a ferro' como se fosse gado. E nós ficamos marcados, sim, pela chama democrática do PMDB, e é isso que tanto nos orgulha. E o partido foi formado na sua maioria por companheiros vindos, muitos se lembram, do antigo PTB de Getúlio Vargas.

E agora, com a democracia conquistada por vários companheiros, homens e mulheres valorosas, que não vou citar nome para não macular ninguém, emedebistas históricos, tudo fica mais fácil.

O nosso valente 'manda brasa' sempre nos orgulhou nesses 44 anos pela trajetória na vida política do estado e pelos seus honrados homens públicos que marcaram pelas suas qualidades e marcas que ficaram registradas realmente a ferro e fogo.

Tivemos o governo ético e austero de Pedro Ivo Campos, a descontração do governador Casildo Maldaner, o municipalismo implantado pelo governo jovem Paulo Afonso, o corajoso e revolucionário governo descentralizador de Pinho Moreira e Luiz Henrique, só para citar alguns dos nossos governadores.

Ainda temos a honra de contar nesses anos todos com os conselhos, com as opiniões de Valdir Pires, Fernando Lira, Pedro Simon, entre outros. E destacamos, é claro, o nosso ícone Ulysses Guimarães, o destemido e corajoso 'Senhor Diretas'.

E são tantos os homens e mulheres honrados que foram essenciais para que o PMDB chegasse onde chegou - não vou citar nomes para não cometer a injustiça de esquecer alguém.

Lembro que em 1965, em Santa Catarina, de um lado ficaram os que aderiram ao poder e suas manobras e de outro os que tinham como estandarte a não-aceitação da quebra da ordem legal do país.

Aqui se formou um grupo com militantes que vinham do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, aos quais se juntaram líderes expressivos do Partido Social Democrático - PSD.

O MDB tornou-se uma grande frente das oposições em Santa Catarina e no Brasil. E foi conquistando tantos espaços importantes que em 1980 o governo militar abriu o leque para registro de outras siglas, para enfraquecer o MDB, e forçou a mudança de nome, para surgir o PMDB.

Com uma história de heroísmo, amor à democracia e ao povo brasileiro, proporcionado por homens e mulheres, contra a pressão das armas, das perseguições e das ameaças, construiu-se o mais antigo partido político da República do Brasil.

O nosso partido teve participação decisiva em campanhas como a da Anistia,

das Diretas-Já, lançando as bases para a reconstrução da tão almejada democracia, que era o clamor dos políticos e do povo.

O compromisso do PMDB sempre foi com a democracia e a nossa certeza sempre foi contar com o voto do povo.

O MDB e o PMDB fizeram e fazem história em Santa Catarina e no Brasil.

O PMDB que tornou o governo presente em todas as regiões de Santa Catarina tem o aval da população catarinense para continuar fazendo mais e melhor. Uma prova disso é que nas eleições de 2008 foi o único partido que ultrapassou a marca de um milhão de votos válidos no estado.

Com a confiança do eleitor catarinense, elegeu 112 prefeitos e 844 vereadores. Está presente em 144 administrações municipais com prefeitos e vice-prefeitos.

A luta permanente do PMDB é para defender os direitos, manter as conquistas e desenvolver ações dignas para o futuro.

Esse é o compromisso de todo o peemedebista!

Termino este pronunciamento, que muito me honra fazê-lo, reforçando o meu compromisso com o desenvolvimento de Santa Catarina, engrandecendo os representantes 'peemedebistas' nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras, nas Assembleias Legislativas e no Senado Federal".

Eu quero encerrar aqui, deputado Moacir Sopelsa, com uma frase por quem fez história, deputado Pedro Uczai, e nessa época o PT também estava conosco. Mas isso é história e às vezes dizem: não vai ficar de hora da saudade. Isso não é hora da saudade, é história e os nossos jovens precisam saber.

Deputado Moacir Sopelsa, sou dura, sou firme e transparente, mas tenho como lema essa frase que o dr. Ulysses Guimarães sempre disse e sempre ouvi, pois trabalhei nove anos com ele.

(Continua lendo.)

"Política não se faz com ódio, pois não é função hepática. É filha da consciência, irmã do caráter, hospede do coração."

Assim é que se faz política.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero fazer uma breve reflexão sobre a tarde de hoje neste plenário, onde foram votadas medidas importantes, ou seja, duas propostas de emenda à Constituição. Uma é de autoria do presidente desta Casa, deputado Gelson Merísio, que determina que o voto do representante do governo do estado, no conselho de administração da Celesc, seja submetido ao Poder Legislativo,

sempre que se tratar de tentativa de mudança do estatuto da instituição. E a outra medida provisória dá à Assembleia Legislativa o poder de realizar pedidos de informação às empresas públicas estaduais, às autarquias, à própria Celesc, à Casan, à SC Parcerias etc.

Apesar da importância de tudo que votamos, deputados Pedro Uczai e Dieter Janssen, dos vetos que derrubamos, para o bem da sociedade catarinense, alguns conseguimos derrubar, nós deixamos, na tarde de hoje, de fazer justiça e de respeitar os trabalhadores da Saúde do estado de Santa Catarina.

A Medida Provisória n. 0174 está pronta para ser votada desde as 10h de hoje, quando foi reiterada a emenda do deputado Darci de Matos na comissão de Finanças e hoje na comissão de Constituição e Justiça. Havia emendas também do PT que foram ali aglutinadas e emendas que nós debatíamos inclusive com a categoria, com o sindicato etc., nessa mesma direção. Mas, por falta de acordo de líderes, não foi votada, na tarde de hoje, a Medida Provisória n. 0174.

Não vou aqui citar nomes nem partidos, mas há 15 dias, aqui mesmo neste plenário, este deputado, na condição de líder do PDT, foi emparedado por outro deputado líder para que fosse ao microfone dizer claramente que era contra o acordo de liderança para tramitar as outras medidas provisórias que ainda andam por aí. Estão para lá, naquela direção. Três são muito justas e uma é muito injusta. Mas, enfim, fui emparedado.

Não retribuí o gesto na tarde de hoje porque a nossa índole é outra, mas confesso que fiquei constrangido, com certa náusea, para ser mais exato com o sentimento humano, porque milhares de servidores da saúde estão há mais de um mês procurando justiça salarial. Foi uma situação que se considerava irreversível; foi um caminhar de argumentos, agora já sabido furados, para impedir que deputados se encorajassem a fazer emendas, e por fim a base dos trabalhadores da Saúde pública do estado de Santa Catarina conseguiu resistir, enfrentar e argumentar.

O SindSaúde - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde - fez um estudo jurídico para mostrar o quão falsa era a tese do crime eleitoral que deputado cometera, em tese, se votasse e aprovasse emenda, baseado, inclusive, num fato já acontecido em 2006, quando o presidente Lula, no mês de maio, encaminhou o projeto à Câmara, ao Congresso Nacional, reorganizando a carreira de servidores públicos federais, especialmente do Banco do Brasil. Houve uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra aquele projeto e o Supremo disse que era legal.

Baseado nisso o SindSaúde argumentou, trouxe para cá e discutiu com as bancadas, inclusive com a bancada do governo, e, por coincidência ou não, a procuradoria da Casa foi instada pelo presidente para se manifestar e deu um parecer dizendo que não há crime eleitoral. Readequação da escala de vencimento dos servidores públicos estadual não é reajuste de salário e, portanto, não é crime eleitoral. Disse mais: que até o dia 3 de julho o

próprio governo do estado pode encaminhar qualquer medida provisória ao projeto de lei complementar que pretenda readequar, reestruturar a carreira dos servidores estaduais.

Esse foi o parecer da procuradoria da Assembleia Legislativa, assinado por três procuradores, cujos nomes eu repito: Marcelo Augusto Costa Richard, Neroci da Silva Raupp e Ptolomeu Bittencourt Junior. Estes são os procuradores da Assembleia Legislativa que disseram que não há crime eleitoral.

E ainda hoje, deputado Pedro Uczai, eu acredito que houve parlamentar que não veio a esta Casa porque está espantado e pensado que, se vier aqui e votar, vai-se tornar inelegível. Uma falsificação da verdade!

E para continuar nessa mesma linha, quero dizer que a Câmara dos Deputados estará discutindo hoje e amanhã o Projeto de Lei n. 5.920 - a matéria está na comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados -, que cria a gratificação para servidores federais. A Câmara Federal estará debatendo gratificação para servidores federais nesta semana! E o mais interessante ainda é que a mesma Câmara dos Deputados está discutindo o Projeto de Lei n. 6.613, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, propondo uma gratificação de R\$ 6 mil para os servidores do Poder Judiciário federal. O salário deles chega a R\$ 10 mil e agora vai chegar a R\$ 16 mil. E houve uma audiência pública nesta tarde deste dia 27 de abril. Ou seja, se a Câmara Federal está discutindo um projeto de lei de autoria do Supremo Tribunal Federal dando uma gratificação de R\$ 6 mil aos servidores do Judiciário Federal, será que ainda vão continuar falando em inelegibilidade, em crime eleitoral aqui nesta Assembleia para constranger deputado, para deputado ficar com medo de votar a favor de uma emenda que beneficia os trabalhadores?

Nós acreditamos que até amanhã a justiça será feita!

Poderíamos ter realizado aqui na tarde de hoje, deputados Pedro Uczai e Dieter Janssen... Na semana passada, os servidores já estavam aqui, como, aliás, estão há mais de um mês. Uma das caravanas estava voltando para Lages e parou na comunidade de Alfredo Wagner para que as pessoas fizessem um lanche, comessem uma coxinha, que é o que elas conseguem pagar com o salário que ganham e com a ajuda que o sindicato pode dar. Adivinhem quem estava jantando naquele mesmo restaurante? O ex-governador Luiz Henrique da Silveira. Ele não conseguiu jantar. Estava na sopa e não pôde jantar porque é evidente que os servidores foram lá cobrar dele. "Mas não fui eu"! Ora, ele deixou isso tudo em cima da mesa, de manhã cedo, veio aqui e renunciou! Ele deixou para o Pavan, à tarde, resolver no último dia possível.

Eu queria, nesses segundos que me restam, chamar a atenção para isso. Existem ainda colegas nossos que estão brincando com o sentimento, com a ira santa dos servidores públicos da Saúde, da Educação, como é o caso das merendeiras que estiveram aqui, e da Segurança Pública.

E houve 21 exclusões de militares porque fomos reivindicar justiça. E estamos esperando que alguém neste estado queira conversar sobre isso para que se possa começar a retornar ao caminho da normalidade e do bom serviço à população.

O nosso caminho é o da pacificação e do retorno à normalidade, mas é preciso o gesto da autoridade governante e da autoridade dirigente da instituição. Estamos aguardando esse gesto. Já houve troca de comando, de secretário da Segurança e do governador, e continuamos aguardando um gesto que possa começar a resolver...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente deputado Moacir Sopelsa, e srs. deputados, quero me manifestar em relação à qualidade da educação, pela qual passa, entre outros ingredientes, também a qualidade da merenda escolar.

Como hoje, no Parlamento catarinense, foram feitas denúncias e houve a manifestação de representantes do Sinte e das merendeiras demitidas, eu quero pegar um eixo da discussão aqui para denunciar a gravidade em que se encontra o processo de licitação da merenda escolar.

Não vou falar da situação das merendeiras, não vou falar da qualidade da merenda que está sendo questionada no estado inteiro, não vou discutir a exclusão de agricultores familiares de vários municípios no fornecimento de alimento saudável da agricultura familiar como prevê a lei federal. Quero aqui trazer a denúncia da gravidade da licitação.

Quem concorreu, em São Paulo, na licitação da merenda escolar? Coan, Convida Alimentação, Milano, Nutriplus, Serra Leste e outras empresas. Estas também concorreram em Santa Catarina. Em São Paulo, o Ministério Público abriu um procedimento para investigar a terceirização da merenda. A Fipe da USP, uma das maiores universidades deste país, questiona o processo licitatório de São Paulo e demonstra em valores econômicos, deputado Moacir Sopelsa. E v.exa. manifestou-se aqui em aparte sobre a preocupação do custo da merenda escolar. A USP fez um estudo que demonstra que em São Paulo o custo da merenda escolar feita pela administração direta, pelo governo, é inferior, é menor, do que do terceirizado, porque pela lógica de empresa privada há o lucro, a logística e outros ingredientes que incidem sobre a merenda.

O edital em São Paulo tem sinais de ser dirigido porque restringiu várias empresas de participarem da concorrência, como prevê a Lei n. 8.666 das licitações ou outras leis federais, que, contradizendo as próprias leis e a própria lei de licitação, eles colocaram critérios para que algumas empresas pudessem participar e outras não. A Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/2002.

As exigências de índices contábeis excessivos e qualificação excessiva. O edital foi dividido em seis lotes. Agora vem o que é

grave: durante o pregão presencial as empresas pediram suspensão de 15 minutos. Então, saíram da sala, reuniram-se e as empresas já tinham iniciado o pregão. No reinício do pregão, o que aconteceu? Várias empresas desistiram de vários lotes. O que aconteceu? As vencedoras distribuíram os seis lotes. Aí ganharam: SP Alimentação, Sistol, Coan, Convida Alimentação, Terra Azul e Nutriplus. Após o resultado, alguns funcionários da prefeitura de São Paulo pediram a exoneração. E o que é mais interessante é que foram trabalhar nas empresas vencedoras. Isso aconteceu em São Paulo e há CPI e Ministério Público acompanhando.

O que aconteceu em Santa Catarina? Em Santa Catarina, quais foram as empresas? Foram Coan, Convida Alimentação, Gente, Milano, Nutriplus, Risotolândia e Serra Leste. Com exceção da Gente e da Risotolândia, todas as demais concorreram também em São Paulo.

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, através dos seus técnicos, tomou a decisão e houve um parecer para a anulação do processo de concorrência em Santa Catarina. E na primeira decisão os conselheiros também acompanharam os técnicos. Só na segunda re-análise, porque os técnicos mantiveram a posição, é que os conselheiros tiveram outra posição para continuar a concorrência aqui em Santa Catarina.

O edital em Santa Catarina também restringiu a participação de mais empresas concorrentes de Santa Catarina, inclusive, porque muitas gostariam de participar, e muitas cooperativas poderiam ter participado. Mas foram restringidas pelo excesso de critérios, como aconteceu em São Paulo. E aí as duas leis foram para o lixo, pelas exigências contábeis excessivas e a qualificação excessiva. E os lotes foram divididos em quatro. São Paulo seis e Santa Catarina quatro.

E vejam as coincidências: durante o pregão presencial, reunião de habilitação,

as empresas pediram a suspensão por 15 minutos igual a São Paulo. Saíram da sala e reuniram-se somente elas. No reinício do pregão várias empresas desistiram dos lotes. E aí, igualzinho a São Paulo, foi encerrada a reunião de habilitação, ficando a reunião e a abertura dos envelopes com o valor para outra data, conforme previa o edital. E as vencedoras foram Coan, Convida Alimentação, Risotolândia e Nutriplus. Das quatro, três eram iguais a São Paulo!

O que queremos dizer com isso? Que o sistema montado em Santa Catarina é o mesmo denunciado, na prefeitura de São Paulo, pelo Ministério Público, pela USP nos estudos econômicos e denunciado na forma de licitação produzida na terceirização.

Então, estamos diante de um problema seriíssimo e grave de denúncia da licitação. O jeito que foi feito em São Paulo, e que foi questionado, foi feito em Santa Catarina. Como diz o ditado popular, houve "chuchu". Este é ditado popular: fizeram "chuchu"!

Como é que eu, que fui prefeito de uma cidade... E o deputado Moacir Sopelsa foi prefeito também, mas na sua época não havia pregão eletrônico. Na minha época já estavam implantando o pregão eletrônico. Como é que se imagina o seguinte: o pregão eletrônico inicia. As empresas pedem para parar o pregão e reúnem-se em separado, discutem um lotezinho para cada uma, voltam e continuam o pregão para habilitar as empresas, dizendo: "Você fica com essa, eu fico com essa, você fica com aquela". E tudo entre amigos de quatro empresas em São Paulo. Deram uma chance para a Risotolândia, porque as outras três são iguais às de São Paulo.

Então, é grave. Mais do que só discutir a demissão das merendeiras; mais do que discutir que a agricultura familiar tem que ser cumprida, porque a lei federal estabelece que, no mínimo, 30% do alimento da agricultura familiar têm que ser para a merenda escolar; mais do que

discutir a qualidade da merenda, porque há muitos questionamentos sobre a sua qualidade; mais do que discutir o processo pedagógico que as merendeiras desenvolviam lá no interior da escola, há a denúncia de que houve "chuchu" - e essa é a expressão mais popular para todos compreenderem - na licitação da merenda escolar em Santa Catarina.

Se os milhões a mais que o governo do estado vai pagar... "Por que razão pagar mais? Por que razão não respeitar os municípios e os agricultores familiares para vender diretamente"? Estes questionamentos eram feitos por um secretário da Agricultura de um dos pequenos municípios do nosso oeste que deixou de vender a merenda escolar. E estava garantido na compra direta dinheiro público federal para adquirir do agricultor, montar o programa e fornecer para a escola da rede estadual.

Por isso essa denúncia é séria, grave, e o Parlamento não pode omitir-se e silenciar. Temos que avançar na investigação porque fomos eleitos e uma das nossas responsabilidades é fiscalizar o dinheiro do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Nilson Gonçalves, por um período de sessenta dias, a contar de 28 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Adjunto
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 14/04/2010

Aos quatorze dias do mês de abril do ano dois mil e dez, às onze horas, sob a Presidência do Procurador Adjunto, Sérgio

Augusto Machado, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior, aprovado parecer a Informação nº 001/2010 de 30/03/2010, encaminhada pelo Diretor de Recursos Humanos - Carlos Antônio Blosfeld "orientação sobre os principais aspectos da legislação eleitoral definida para o ano de 2010". Esgotada a pauta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada à sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata,

que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 14 de abril de 2010.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

**ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA
LEGISLATIVA - 19/04/2010**

Aos dezenove dias do mês de abril do ano dois mil e dez, às onze horas, sob a Presidência do Procurador Adjunto, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Trabalho elaborado em conjunto pelos Drs. Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp: Ofício nº 076/2010 de 13/04/2010, Interessado: Deputado Estadual Darci de Matos "solicita análise acerca (1) do parecer que anexa; e (2) da "possibilidade de ações eleitorais que resultem multa ou cassação de registro ou diploma" dos parlamentares que apresentem emendas que promovam aumento ou extensão dos benefícios preconizados nas medidas provisórias" que teve o parecer aprovado por unanimidade e a Consulta encaminhada pelo Presidente da ALESC que solicita parecer desta Procuradoria acerca (1) da "data a partir da qual a edição de medida provisória é considerada intempestiva em face da retro citada Lei n. 9.504/97? e (2) de "quais as implicações, em face dessa lei, da apresentação de emenda que promova o aumento ou a extensão dos benefícios nela preconizados?", Aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada à sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 19 de abril de 2010.

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2010

OBJETO: **LOCAÇÃO DE 50 MÁQUINAS AUTOMÁTICAS DE AUTO-SERVIÇO PARA BEBIDAS QUENTES (CAFÉ, LEITE, CHOCOLATE, ÁGUA, CHÁ), COMPREENDENDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E O ABASTECIMENTO COM FORNECIMENTO DE INSUMOS.**

DATA: 12/05/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 12 de maio de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 29 de abril de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO 072/2010

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 002/2010, referente Pregão Presencial CL nº 010/2010.

OBJETO: Aquisição de placas em aço inox e medalhas em latão por demanda e entrega programada.

VIGENCIA DA ATA: 12 (doze) meses após a assinatura da Ata, até 19 de abril de 2011.

LOTE ÚNICO				
ITEM	QDE	UNID	MATERIAL	VALOR UNITÁRIO
01	PÇ	700	Placa em aço inox foto gravada escovado 23x15 cm, espessura 0,8mm. Aplicação de brasão em latão foto gravado 0,8mm sobreposto, estojo com forração em couro e aba para fixação da placa forrada em veludo, tamanho externo do estojo 29x21 cm. MARCA TRUFF	R\$50,00
02	PÇ	50	Placa em aço inox foto gravada 30x20 cm, espessura 0,8mm. Past-patour em veludo preto com moldura de alumínio formato 38x28cm. MARCA TRUFF	R\$ 135,00
03	PÇ	50	Placa em aço inox foto gravada escovado 17x27cm, espessura 0,8mm com moldura de acrílico cristal 30x20cm, espessura 8mm, aplicação de brasão em latão foto gravado 0,8 mm sobreposto, estojo com forração em veludo com berço para acrílico. MARCA TRUFF	R\$ 105,00
04	PÇ	100	Medalha (Comenda) do Legislativo Catarinense, em latão foto gravado com 7x5 cm, dupla face com banho em ouro velho sendo: frente fachada ALESC e dizeres (Comenda Legislativa Catarinense) e verso com o brasão do estado de Santa Catarina fixada em acrílico 4mm cristal recortado a laser com passador para fita em gorgorão 25mm (vermelha/branca e verde) sendo passador superior em latão foto gravado com brasão do estado de Santa Catarina em banho ouro velho com pregadeira em neodímero, acondicionado em estojo de MDF laminado preto fosco, com berço para encaixe, medalha, e tampa de acrílico cristal 3mm recortado e gravado a laser personalizado com o nome dos homenageados de 13,5x18 cm. MARCA TRUFF	R\$ 70,00

1ª REGISTRADA: **LA BELL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME**

Endereço: Rua Tenente Antonio João, 583, Joinville/SC.

CEP 89.221-543

CNPJ n. 00.055.623/0003-23

Fone/fax (47) 3435-2001, (47) 8481-6120

E-mail trufftrofeus@gmail.com

2ª REGISTRADA: TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA.

Florianópolis, 19 de Abril de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 52, de 29 de abril de 2010

Dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar acrescido do §2º, com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para §1º:

"Art. 4º....."

§1º Nos casos previstos nos incisos XX e XXI, funcionará como presidente o do Tribunal de Justiça, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos de seus membros, à perda do cargo, com inabilitação por oito anos para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

§2º O voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das Sociedades de Economia Mista, que implique em alteração do estatuto social, será precedido de autorização do Poder Legislativo, pela maioria absoluta dos seus membros."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Jorginho Mello - 1º Vice-Presidente
Deputado Jailson Lima - 2º Vice-Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário
Deputado Valmir Comin - 3º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4ª Secretária

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1608**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo a Medida Provisória nº 174, encaminhada por meio de Mensagem nº 1586, de 30 de março de 2010, que "Instui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências" e a Medida Provisória nº 178, encaminhada por meio da Mensagem nº 1596, de 05 de abril de 2010, que "Instui a gratificação para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências".

Em decorrência da aprovação nas comissões temáticas de emendas que se vislumbram inconstitucionais e iduzem os servidores de forma errônea ao entendimento de que terão benefícios incorporados, quando na verdade é de conhecimento que tais modificações representariam a inconstitucionalidade do feito, visto que contrariam a legislação eleitoral, bem como em virtude do ofício em anexo, do Sindicato dos Trabalhadores em estabelecimentos de serviços de saúde privado e público estadual - SINDSAÚDE, solicito, respeitosamente, que as Medidas provisórias citadas sejam retiradas de pauta e, em decorrência, encerrada sua tramitação legislativa.

Florianópolis, 28 de abril de 2010.

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
Governador do Estado

DESPACHO

Sessão, 28/04/10

Comunicado ao Plenário em sessão do dia 28/04/10 na sessão vespertina. Providencie-se.

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 061/10

APAE- Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de

Rio Fortuna

Inscrição no CNPJ sob nº 78.829.744/0001-00

Of. Nº 24/2010

RIO FORTUNA - SC, em 16 de Abril de 2010

Ao Exmo. Sr

Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Senhor Presidente,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Rio Fortuna vem, através do presente, encaminhar á vossa senhoria a documentação referente a manutenção do seu Título de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Dário Schulter-

Presidente APAE de Rio Fortuna

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 062/10

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE

MISERICÓRDIA DE VILA ITOUPAVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITOUPAVA, mantenedora do **HOSPITAL MISERICÓRDIA**, entidade sediada na rua Max Haufe, nº 211, em Vila Itoupava, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, vem respeitosamente apresentar a V.Exa. A prestação de contas concernente ao exercício social de 2009, juntando para tanto, o Relatório de Atividade, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de resultado e demais peças contábeis, relativo às atividades desenvolvidas no aludido exercício, comparado a 2008, face à sua condição de entidade declarada de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**, através da Lei nº 3.414, de 03/04/1964, para fins de manutenção de entidade de fins filantrópicos e, para tanto, requer se digne determinar seja expedida certidão, confirmando que esta entidade continua fazendo jus ao mencionado título.

Anexo, seguem os documentos acima relacionados.

Nestes termos

Pede deferimento

Blumenau, 15 de Abril de 2010

Hellmuth Danker

Presidente do Conselho Diretor

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/10

*** X X X ***

**OFÍCIO Nº 063/10
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2009**

Instituto

AMAR

Centro Municipal Joinvilense do ser Voluntário

JANDIRA COLUSSI RIVA

PRESIDENTE INSTITUTO AMAR

GESTÃO 2009/2010

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO 064/10

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Lei: 14.640 de 07 janeiro de 2009

Que declara a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Negrinho de Utilidade Pública Estadual

Exercício

2009

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 065/10

Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville AO

ILMO SENHOR DEPUTADO ESTADUAL GELSON MERÍSIO

M. D. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Joinville, 15 de abril de 2010.

Prezado Senhor.

A ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville.

Nossa Associação surgiu para agrupar, orientar, atender e dar assistência ao Aposentado, Pensionistas, Grupos de Terceira Idade e Idosos, População essa cuja renda em sua maioria atinge somente um salário mínimo, que buscam seus direitos com Ações Previdenciárias, Médico/Ambulatorial, Farmacêutico, Orientação ao Laser, Cursos de Culinária, Artesanato, Alfabetização, Palestras em diversas áreas (Cultura, Nutrição, Educação, Esporte, Motivação etc) e Entretenimento, hoje atendemos mais de 3000 associados e 41 Grupos de Terceira Idade correspondendo a 2000 integrantes onde 1500 Idosos não são associados.

Vimos através desde, apresentar nosso Relatório Financeiro do Exercício 2009, Relatório de Atividades 2009, e Plano de Ação, Trabalho e Atividades 2010 e aproveitamos o mesmo para comunicar a mudança da Diretoria da Entidade, para seu governo conforme documentos anexos e de acordo com a Lei de reconhecimento de Utilidade Pública.

Sem mais, agradecemos desde já e expressamos nosso apreço e desejo de sucesso.

Cordialmente,

Ricardo Francisco Ferrari - Presidente

ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 066/10; OFÍCIO Nº 067/10; OFÍCIO Nº 068/10; OFÍCIO Nº 069/10

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA - CEAS/SC

OF. CEAS/SC Nº 21/10

Florianópolis, 22 de abril de 2010

EXMO. SR.

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

PRAÇA TANCREDO NEVES

88.020 - 180 - FLORIANÓPOLIS - SC

SENHOR PRESIDENTE,

COM OS NOSSOS CUMPRIMENTOS, ESTAMOS ENCAMINHANDO QUATRO CONJUNTOS DO MATERIAL ENTREGUE NESTE CONSELHO E COMPOSTO DE RELATÓRIOS DE AÇÕES, BALANÇO E OUTROS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008, DOS SEGUINTE INTERESSADOS: **COLÉGIO SALESIANO E PARQUE DOM BOSCO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, COLÉGIO DOM BOSCO E INSTITUTO MARIA AUXILIADORA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**, COM A FINALIDADE DE JUSTIFICAR O STATUS DE UTILIDADE PÚBLICA DE CADA ORGANIZAÇÃO.

2. OS REQUERIMENTOS DE ENCAMINHAMENTO ORIGINAIS SE ENCONTRAM EM ARQUIVO NESTE CONSELHO.

COLOCANDO-NOS À DISPOSIÇÃO DE VOSSA EXCELÊNCIA PARA QUALQUER ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, AGRADECEMOS AS PROVIDÊNCIAS.

ATENCIOSAMENTE,

MARIA CECILIA ANTONIA GODSFRIEDT

PRESIDENTE DO CEAS/SC

*** ANEXOS: CÓPIA DOS OFÍCIOS S/Nº E ORIGINAL DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES, BALANÇOS E DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS/2008, DOS ESTABELECIMENTOS CITADOS.**

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 070/10

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BAKHITA
À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
FLORIANÓPOLIS - SC

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

A infra assinada Maria das Dores Filgueira dos Santos, presidente da Associação Beneficente Bakhita, vem através deste encaminhar: Ata da Diretoria; Relatório das Atividades de 2009; Plano de Ação de 2010 e Balanço Patrimonial de 2009.

Atenciosamente

Joinville, 20 de Abril de 2010
Maria das Dores Filgueira dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 071/10

**Instituto de Ensino e Assistência Social - IEAS
DO: INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL IEAS
PARA: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
ANO: 2009
LAGES - SANTA CATARINA**

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

**OFÍCIO Nº 072/10
FLORIPAMANHÃ**

Carta - nº 025/2010
Excelentíssimo Senhor
Gelson Luiz Merísio
Presidente

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC
Referente: **RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente, encaminhar relatório anual de atividades da Associação FloripAmanhã, conforme determina a **Lei nº 14.390, de 02 de abril de 2008.**

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para o que fizer necessário.

Respeitosamente,

Zena Becker
Presidente
Associação FloripAmanhã

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 073/10

**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ESCOLA ESPECIAL RECANTO ALEGRE**

Rio do Sul, 13 de abril de 2010.
Ofício nº 030/2010.

À
PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RUA JORGE LUIZ FONTES 310 CENTRO
CEP: 88.020-900 FLORIANÓPOLIS - SC

Prezados Senhores,
Encaminhamos a Vossa Senhoria, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela APE de Rio do Sul no ano de 2009, além do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos contábeis.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos a Vossa disposição para quaisquer esclarecimentos.

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 074/10

**CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE ITUPORANGA
" PROMOVENDO CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL "**

Ofício nº 343/CCCI/2010
Senhor

Deputado Estadual Gelson Merísio
Presidente da Assembléia Legislativa
Estado de Santa Catarina

Senhor Presidente,

Pelo presente expediente, encaminho a Vossa Excelência a documentação exigida em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 14.449, de 28 de maio de 2008, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga.

Ao final, aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de elevada e distinta consideração.

MOACIR CORDEIRO

Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga/SC
Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 075/10

**INSTITUTO JOINVILENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA
REDE SALESIANA DE AÇÃO SOCIAL**

Ofício nº 032/2.010 CEDB JOINVILLE, 22 DE ABRIL DE 2010.
PRESIDENTE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA FINANCEIRA
SENHOR PRESIDENTE

Estamos encaminhando em anexo os documentos solicitados para manutenção de nosso credenciamento junto a este órgão, a saber:

- * RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES
- * BALANÇO PATRIMONIAL
- * DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO
- * NOTAS EXPLICATIVAS
- * ÚLTIMA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
- * ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA
- * CNPJ

Atenciosamente

GILSON MARCOS DA SILVA
INSTITUTO JOINVILLE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO 076/10

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José - APAE
Escola Especial Irineu Bornhausen CGC: 83.806.612/0001-01
Of. Circular n.º 030/10 São José, 27 de Abril de 2010.
Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Exmo.Sr. Deputado

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José vem encaminhar a Vossa Senhoria, Relatório de Atividades 2009, Cópia Autenticada do Estatuto, Balanço Patrimonial e Parecer do Conselho Fiscal.

Desde já agradecemos à atenção, aproveitamos o momento para reiterar nosso protesto de consideração e apreço.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Cordialmente
Antonio Hillesheim
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 077/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Ofício nº 11/2010 Seara, 07 de abril de 2010.

A
PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RUA JORGE LUIZ FONTES 310/CENTRO
FLORIANÓPOLIS

Estamos encaminhando documentação da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Seara/SC com a finalidade de mantermos o status de utilidade pública estadual.

E para que possamos estar quites e regulares como entidade declarada de utilidade pública estamos encaminhando os seguintes documentos da APAE de Seara:

- I- relatório anual de atividades exercício de 2009;**
- II- declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para concessão da declaração de utilidade pública;**
- III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;**
- IV- balancete contábil.**

Atenciosamente,

FREDERICO RIESEMBECK NETO
PRESIDENTE APAE-SEARA

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 078/10

A
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga - Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes nº 310
88.020-900 - Florianópolis/SC

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE NOVA LOURDES,
associação civil de natureza beneficente, de caráter educacional e de

assistência social, de fins não econômicos, fundada em 11/02/1958, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.085 de 06 de agosto de 1968, de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 8.339, de 12 de novembro de 1991, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Social (C.N.A.S.) pelo Processo nº 238.638/74 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - C.N.P.J. do Ministério da Fazenda sob o nº 84.304.179/0001-60, com sede em Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Cônego Tomas Fontes, nº 382, no Centro (CEP - 88.301-100), por sua representante legal, infra-assinada, vem mui respeitosamente à presença dessa Divisão de Outorgas e Títulos, requerer que os documentos em anexo, exigidos por lei, sejam juntados ao cadastro/arquivo desta Instituição nesse órgão, por se tratar de Instituição reconhecida de Utilidade Pública Estadual.

N. TERMOS

P. DEFERIMENTO

Itajaí, 30 de abril de 2010.

MARILDE ARENHARDT

CPF - 448.386.979-53

Diretora Presidente

*Lido no Expediente
Sessão de 28/04/10*

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 569, de 29 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **MARLY COSTA DOS SANTOS**, matrícula nº 1028, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUCIANO SERPA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 1º de maio de 2010 (CC - Comissão de Agricultura e Política Rural).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 570, de 29 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
6120	Jorge de Oliveira Martins	15	15/04/10	0729/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0234.6/2009

O Projeto de Lei nº PL/0234.6/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI

Altera a Ementa e o art. 1º da Lei nº 13.652, de 27 de dezembro de 2005.

Art. 1º A Ementa da Lei nº 13.652, de 27 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Institui o dia 16 de maio como o Dia dos Empregados na Área de Asseio e conservação.”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 13.652, de 27 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o dia 16 de maio como o Dia dos Empregados na área de asseio e conservação.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em
Deputado Jean Kuhlmann

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 13/04/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 14/04/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 234/09

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 13.652, de 27 de dezembro de 2005.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 13.652, de 27 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Institui o dia 16 de maio como o Dia dos Empregados na Área de Asseio e Conservação.”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 13.652, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o dia 16 de maio como o Dia dos Empregados na Área de Asseio e Conservação.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 360/2009

Acrescenta artigo no lugar do artigo 3º, renumerando o artigo subsequente do Projeto de Lei nº 360/2009, com a seguinte redação:

Art. 3º Os recursos arrecadados através da concessão de uso remunerado, previstos nesta Lei, serão obrigatoriamente, investidos nas próprias instituições no qual estiverem os imóveis alocados.

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 14/04/10

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0360.0/2009

“PROJETO DE LEI Nº PL/0360.0/2009

Altera dispositivos da Lei nº 14.593, de 2008, que autoriza a concessão de uso remunerado de espaços físicos de imóveis pertencentes ao Estado.

Art. 1º Os arts. 1º e 2º, da Lei nº 14.593, de 23 de dezembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....
§ 3º Ficam contemplados os espaços de até 60,00m² (sessenta metros quadrados), para funcionamento de cantina ou lanchonete, em todas as Unidades de Ensino da Rede Estadual.

Art. 2º A concessão de uso que trata esta Lei visa possibilitar a exploração dos seguintes serviços:

- I - cantinas, lanchonetes, restaurantes e similares;
- II - agências bancárias e cooperativas de crédito, postos e caixas eletrônicos de serviços bancários;
- III - instalações esportivas;
- IV - reprografia;
- V - banca de revistas, livrarias, papelarias e similares;
- VI - cursos de graduação e pós-graduação;
- VII - salas de projeção, cinemas, ou similares;
- VIII - painéis publicitários;
- IX - estacionamento;
- X - antenas, centrais telefônicas e similares;
- XI - coleta e análise de exames clínicos e laboratoriais;
- XII - floricultura, lojas de artesanato e similares;
- XIII - nutrição e dietética;
- XIV - engenharia biomédica;
- XV - hemodinâmica, tratamento de doenças renais e similares;
- XVI - tomografia, radiografia e similares; e
- XVII - lavanderia.”(NR)

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 14.593, de 2008, passa a vigorar conforme Anexo Único da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em
Deputado Marcos Vieira

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 14/04/10

ANEXO ÚNICO
"ANEXO ÚNICO
(Lei nº 14.593, de 23 de dezembro de 2008)

IMÓVEL	MATRÍCULA	DESTINAÇÃO	ÁREA (M²)
01044 - Centro Integrado de Cultura	22.190 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Cantinas, lançonetes, restaurantes e similares	171,00
01044 - Centro Integrado de Cultura	22.190 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Cantinas, lançonetes, restaurantes e similares	35,10
01044 - Centro Integrado de Cultura	22.190 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Antenas, centrais telefônicas e similares	276,80
01044 - Centro Integrado de Cultura	22.190 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Salas de projeção, cinemas, ou similares	218,80
01044 - Centro Integrado de Cultura	22.190 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Estacionamento	12.300,00
01044 - Centro Integrado de Cultura	22.190 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Painéis publicitários	2,00
03293 - Centro Administrativo do Estado	37.540 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Cantinas, lançonetes, restaurantes e similares	739,78
03293 - Centro Administrativo do Estado	37.540 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Cantinas, lançonetes, restaurantes e similares	70,10
03293 - Centro Administrativo do Estado	37.540 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Agências bancárias e cooperativas de crédito	105,58
03293 - Centro Administrativo do Estado	37.540 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Agências bancárias e cooperativas de crédito	103,86
00572 - Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	19.770 - 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville	Laboratório	250,00
00572 - Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	19.770 - 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville	Nutrição e Dietética	750,00
00572 - Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	19.770 - 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville	Hemodinâmica	320,00
00572 - Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	19.770 - 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville	Centro de Tomografia	170,00
00572 - Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	19.770 - 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville	Centro de Tratamento de Doenças Renais	570,00
00572 - Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	19.770 - 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville	Engenharia Biomédica	70,00
00572 - Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	19.770 - 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville	Lançonete	40,00
00572 - Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	19.770 - 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
00583 - Maternidade Darcy Vargas	1.175 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville	Laboratório	200,00
00583 - Maternidade Darcy Vargas	1.175 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville	Nutrição e Dietética	350,00
00583 - Maternidade Darcy Vargas	1.175 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville	Lançonete	40,00
00583 - Maternidade Darcy Vargas	1.175 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville	Engenharia Biomédica	30,00
00583 - Maternidade Darcy Vargas	1.175 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville	Centro de Apoio às Atividades	30,00
00583 - Maternidade Darcy Vargas	1.175 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville	Centro de Estudos e Formação	50,00
00583 - Maternidade Darcy Vargas	1.175 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville	Floricultura	20,00
00583 - Maternidade Darcy Vargas	1.175 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
01502 - Hospital e Maternidade Tereza Ramos	3.606 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages	Laboratório	200,00
01502 - Hospital e Maternidade Tereza Ramos	3.606 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages	Nutrição e Dietética	600,00
01502 - Hospital e Maternidade Tereza Ramos	3.606 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages	Lavanderia	350,00
01502 - Hospital e Maternidade Tereza Ramos	3.606 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages	Engenharia Biomédica	50,00
01502 - Hospital e Maternidade Tereza Ramos	3.606 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages	Floricultura	20,00
01502 - Hospital e Maternidade Tereza Ramos	3.606 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages	Lançonete	40,00
01502 - Hospital e Maternidade Tereza Ramos	3.606 - 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
02393 - Maternidade Catarina Kuss	3.799 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Mafra	Laboratório	50,00
02393 - Maternidade Catarina Kuss	3.799 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Mafra	Nutrição e Dietética	200,00
02393 - Maternidade Catarina Kuss	3.799 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Mafra	Lavanderia	130,00
02393 - Maternidade Catarina Kuss	3.799 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Mafra	Caixa Eletrônico Bancário	1,00

01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Laboratório	250,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Nutrição e Dietética	1.400,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Engenharia Biomédica	70,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Lanchonete 1	40,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Lanchonete 2	40,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Lanchonete 3	40,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Banca de Revistas	30,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Floricultura	20,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes (Instituto de Cardiologia)	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Engenharia Biomédica	50,00
01400 - Hospital Regional de São José Homero de Miranda Gomes (Instituto de Cardiologia)	11.216 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
01025 - Instituto de Psiquiatria	6.138 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Laboratório	50,00
01025 - Instituto de Psiquiatria	6.138 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Nutrição e Dietética	400,00
01025 - Instituto de Psiquiatria	6.138 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Lanchonete	40,00
01025 - Instituto de Psiquiatria	6.138 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Centro Catarinense de Reabilitação)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Nereu Ramos)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Laboratório	50,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Nereu Ramos)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Nutrição e Dietética	600,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Nereu Ramos)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Engenharia Biomédica	50,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Nereu Ramos)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Lanchonete	40,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Nereu Ramos)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Infantil Joana de Gusmão)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Laboratório	250,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Infantil Joana de Gusmão)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Nutrição e Dietética	600,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Infantil Joana de Gusmão)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Engenharia Biomédica	70,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Infantil Joana de Gusmão)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Lanchonete 1	40,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Infantil Joana de Gusmão)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Lanchonete 2	40,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Infantil Joana de Gusmão)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Banca de Revistas	30,00
01397 - Complexo de Saúde da Agrônômica (Hospital Infantil Joana de Gusmão)	19.893 - 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
00545 - Hospital Celso Ramos	24.381 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Laboratório	200,00
00545 - Hospital Celso Ramos	24.381 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Nutrição e Dietética	600,00
00545 - Hospital Celso Ramos	24.381 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Banca de Revistas	30,00
00545 - Hospital Celso Ramos	24.381 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Engenharia Biomédica	70,00
00545 - Hospital Celso Ramos	24.381 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Lanchonete	40,00
00545 - Hospital Celso Ramos	24.381 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
00544 - Maternidade Carmela Dutra	24.380 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Laboratório	100,00
00544 - Maternidade Carmela Dutra	24.380 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Nutrição e Dietética	500,00
00544 - Maternidade Carmela Dutra	24.380 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Engenharia Biomédica	50,00
00544 - Maternidade Carmela Dutra	24.380 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Lanchonete	40,00
00544 - Maternidade Carmela Dutra	24.380 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Floricultura	20,00

00544 - Maternidade Carmela Dutra	24.380 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital	Caixa Eletrônico Bancário	1,00
01778 - Hospital Miguel de Couto	4.596 - Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama	Laboratório	100,00
01778 - Hospital Miguel de Couto	4.596 - Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama	Nutrição e Dietética	200,00
01778 - Hospital Miguel de Couto	4.596 - Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama	Lavanderia	130,00
01778 - Hospital Miguel de Couto	4.596 - Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama	Lanchonete	40,00
01778 - Hospital Miguel de Couto	4.596 - Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama	Caixa Eletrônico Bancário	1,00

" (NR)

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 360/09

Altera dispositivos da Lei nº 14.593, de 2008, que autoriza a concessão de uso remunerado de espaços físicos de imóveis pertencentes ao Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º, da Lei nº 14.593, de 23 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

§ 3º Ficam contemplados os espaços de até 60,00m² (sessenta metros quadrados), para funcionamento de cantina ou lanchonete, em todas as Unidades de Ensino da Rede Estadual.

Art. 2º A concessão de uso que trata esta Lei visa possibilitar a exploração dos seguintes serviços:

I - cantinas, lanchonetes, restaurantes e similares;

II - agências bancárias e cooperativas de crédito, postos e caixas eletrônicos de serviços bancários;

III - instalações esportivas;

IV - reprografia;

V - banca de revistas, livrarias, papelarias e similares;

VI - cursos de graduação e pós-graduação;

VII - salas de projeção, cinemas, ou similares;

VIII - painéis publicitários;

IX - estacionamento;

X - antenas, centrais telefônicas e similares;

XI - coleta e análise de exames clínicos e laboratoriais;

XII - floricultura, lojas de artesanato e similares;

XIII - nutrição e dietética;

XIV - engenharia biomédica;

XV - hemodinâmica, tratamento de doenças renais e similares;

XVI - tomografia, radiografia e similares; e

XVII - lavanderia." (NR)

Art. 2º Os recursos arrecadados através da concessão de uso remunerado, previstos nesta Lei, serão obrigatoriamente, investidos nas próprias instituições na qual estiverem os imóveis alocados.

Art. 3º O Anexo Único da Lei nº 14.593, de 2008, passa a vigorar conforme Anexo Único da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 523/09

Revoga a Lei nº 5.432, de 1978, que declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil - Seção de Florianópolis, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 5.432, de 30 de maio de 1978, que declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil - Seção de Florianópolis, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 583/09

Denomina Rodovia Monsenhor Quinto Davide Baldessar o trecho entre Mãe Luzia e Vila Maria, da SC-443, no município de Nova Veneza.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Monsenhor Quinto Davide Baldessar, o trecho da Rodovia Estadual SC-443, entre Mãe Luzia e Vila Maria, no município de Nova Veneza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 005/2010

Denomina Claudino Crestani o trecho da Rodovia SC-473 compreendido entre os municípios de Campo Eré e Anchieta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Claudino Crestani o trecho da Rodovia SC-473 compreendido entre os municípios de Campo Eré e Anchieta.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 014/2010

Institui a Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de outubro.

Parágrafo único. A Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns, tem por finalidade incentivar e difundir as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança, especialmente o atendimento voluntário a famílias carentes, visando à redução do índice de mortalidade infantil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 019/2010

Institui o Dia do Orquídeófilo, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Orquídeófilo, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 22 de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 030/2010

Institui no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina o Dia da Paternidade Responsável.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina o Dia da Paternidade Responsável, a ser comemorado anualmente no dia 17 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 047/2010

Dispõe sobre a distribuição e comercialização de pulseiras de silicone, conhecidas como *Shag Bands*, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização e distribuição de pulseiras de silicone, também conhecidas como *Shag Bands*, ou pulseiras do sexo, em todo Território Catarinense, em consonância com as disposições dos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 15, 17, 18 e 70 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O não cumprimento da presente Lei implicará em multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, em caso de reincidência, cassação das licenças de funcionamento, independentemente das demais penalidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º O Poder Executivo editará os atos necessários à regulamentação e cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***